

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**



**TRABALHO DOMÉSTICO: DIREITOS E RESISTÊNCIA POLÍTICA ENTRE  
ATRAVESSAMENTOS DA ATUAÇÃO SINDICAL E SISTEMA JURÍDICO NO  
SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE PELOTAS, RS**

Maysa Luana Silva

Pelotas, Agosto de 2017

**Maysa Luana Silva**

**TRABALHO DOMÉSTICO: DIREITOS E RESISTÊNCIA POLÍTICA ENTRE  
ATRAVESSAMENTOS DA ATUAÇÃO SINDICAL E SISTEMA JURÍDICO NO  
SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE PELOTAS, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Antropologia, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Antropologia Social e Cultural.

Prof. Dr. Flávia Rieth, em 2017-1.

Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017.

Maysa Luana Silva

**TRABALHO DOMÉSTICO: DIREITOS E RESISTÊNCIA POLÍTICA ENTRE  
ATRAVSSAMENTOS DA ATUAÇÃO SINDICAL E SISTEMA JURÍDICO NO  
SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE PELOTAS, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Antropologia, linha de formação Antropologia Social e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Rieth

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. XXXX

Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017

“Mãe. Hoje lembrei de quando fomos juntas na igreja da Santa Terezinha.

Você estava estava triste e eu também.

Chegando lá, tudo parecia mais triste ainda. A missa intensificou toda  
tristeza, você chorava e eu também.

Como doía mãe, te ver chorar...

Quando acabou, lá fora nada me chamava atenção, você dizia que eu  
poderia comer os espetinhos de morango com chocolate, mas eu só queria  
te arrancar um sorriso, queria te ver feliz.

Lembro-me como se fosse ontem , nós voltávamos pra casa e eu pensava  
que mesmo em um dia triste, nada tirava de você sua força, uma força  
muito poderosa, do olhar, das mãos e dos gritos.

Quero ter sua força mãe, pois é dela que você tirou e tira todos os dias para  
viver.

Obrigada mulher, por tudo. Essa pesquisa é dedicada a você, **Terezinha**

**Luiza da Silva”**

## AGRADECIMENTOS

Na verdade, aqui eu tenho muitos agradecimentos para fazer. A minha família vem em primeiro lugar, e eu só tive a comprovação real disso, depois que vim morar em Pelotas. O sonho de me formar, só foi possível através da existência de muitas pessoas que participam da minha vida. Sobretudo a minha Vó Luiza, mulher nordestina, guerreira, curandeira, rezadeira de uma tamanha sensibilidade com a vida, com os filhos/as e netas/os, que nunca vi em qualquer outra mulher, sua trajetória de vida é de ser respeitada. A minha vó, digo aqui, que eu gostaria que suas mãos não tremessem, gostaria que o Tio Milton estivesse vivo, gostaria de vê-los juntos hoje, sorrindo.

Ao meu falecido Tio José Milton da Silva, a grande inspiração dessa família, de superação, persistência, luta e honestidade. Ele com certeza estaria muito feliz de me ver neste processo final. Tio Milton, mesmo em situação de extrema pobreza, sempre buscou vias para nos alimentar, incentivar os estudos e praticar o amor na família. Foi com ele, que eu aprendi os valores mais sagrados que tenho em mim, a sua ausência é sentida por nós até hoje.

Ao meu Pai, José Roberto Silva, meu anti-herói, que diante tropeços dessa vida sempre voltou quando eu pedia que ele voltasse, assim como quando eu tinha pesadelos e pedia para que ele dormisse comigo. Mas quando eu sentia que ele estava indo embora eu gritava "*Fica mais aqui, por favor*" e ele ficava. Hoje, eu sei que não vai mais embora.

A minha mãe e meu pai, com alegria de um casal que já tropeçou bastante por aí. Eu os digo que vou honrar todos os dias, os princípios que aprendi alicerçados por vocês dentro de mim. Eu entendo pai, eu observo mãe, que a vida com certeza em alguns momentos foi dura demais e, o medo de repente assustou vocês, e já nos fez chorar como crianças. Mas o que eu não joga fora é o amor. Pois ele sim, superou tudo. E eu como fruto dos dois, vou buscar brindar esse amor todos os dias.

Às minhas irmãs; Mayara, Heluiza e Rafaela, as três mulheres das quais sempre as tive como maiores exemplos do que eu queria ser. As três compartilham um senso de justiça, de bondade e determinação que de fato, me inspira em diversos sentidos, como mulher, cidadã e feminista.

Gratidão à Ernestina Pereira, Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, foi Ernestina, a protagonista dessa pesquisa. Tenho um respeito tão grande por Ernestina que não consigo explicar. Só agradeço por me permitir participar do Sindicato. Agradeço as comidas, as viagens e todo aprendizado de vida que tive, pois é imensurável o quanto cresci e amadureci depois de conhecê-la.

Dito isso, agradeço a outras interlocutoras dessa pesquisa, que foram tão importantes quanto Ernestina. Terezinha Esteves, Terezinha Ulguim, Silma, Eva Maria, Divá e Giselle Soares. Essas mulheres foram e são pra mim, o futuro do feminismo no Brasil.

Agradeço também a minha professora orientadora Flávia Rieth. Encontrar Flávia nesse caminho, foi com certeza uma dos acontecimentos mais especiais que a vida em Pelotas pode me proporcionar. Agradeço a ela, ter me socorrido em muitos momentos, pois além de ser professora, foi terapeuta e amiga em muitas situações. Foi graças a Flávia, que eu consegui enfrentar muitos processos difíceis em relação a minha permanência na universidade. Fora isso, foi uma orientadora excepcional.

Eu me recordo, a primeira vez que fui conversar com ela sobre meu primeiro trabalho de campo, na sala do Grupo de Estudos Etnográficos e urbanos (GEEUR). Eu estava nervosa antes, preparei o que ia falar, não sabia se Flávia iria gostar. E pra minha surpresa, ela não tirava o sorriso do rosto enquanto eu mostrava o áudio da primeira rescisão que acompanhei. A partir dali, me incentivou e juntas trabalhamos em projetos de extensão. Por conseguinte, só aumentou minha admiração. Agradeço de coração, por tudo que fez e tem feito por mim.

Ademais, agradeço a professora Louise Alfonso, que conjuntamente com Flávia, trabalhou comigo, orientou trabalhos, incentivou minha escrita e proporcionou aulas, debates e reuniões que sempre acrescentaram a minha pesquisa. Posso dizer que trabalhando com Louise, aprendi a força do trabalho coletivo. Louise tem uma percepção sobre coletividade que dá sentido ao que fazemos.

A professora Lori Altman, que mesmo não tão perto, foi e continua sendo uma das maiores inspirações de profissionalismo, de dedicação ao feminismo e

ao que faz. Na disciplina de gênero e feminismo, comecei a criar uma grande admiração por Lori, sempre notei que Lori estava disposta a querer nos ver realmente aprendendo, sua dedicação é algo que encanta como aluna.

Agradeço as pessoas que me ajudaram a levantar-me nos momentos difíceis, que acompanharam as dificuldades que surgiram neste processo final, sobretudo minhas amigas de república e vida acadêmica. Passei por problemas e sem essas pessoas, as resoluções não viriam, sem amigas/os não conseguiria superar as adversidades da vida; Roberta Sgoti, Marcela Paz, Gustavo Fiorini, Simone Fernandes, Amanda Oliveira, Guilherme Rodrigues, Tainara Carvalho, Luana Real, Bruna Macedo, Patrícia Pinheiro, Carol Rodrigues, Vagner Barreto, Izabella Oliveira, Eduardo Diniz, Lucas Moura, Lucas Cassiano, Mauricio Dias, Danilo Santana, Rogéria Garcia e Luciano Pereira.



Figura 1. <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Slogan realizado pelo projeto de extensão “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente”, confeccionado junto às trabalhadoras domésticas em atividade somada ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

## RESUMO

SILVA, Maysa Luana. **“Trabalho Doméstico: Direitos e Resistência Política Entre Atravessamentos da Atuação Sindical e Sistema Jurídico”**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Antropologia e Arqueologia (Graduação), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

O presente estudo se detém a apresentar a pesquisa etnográfica desenvolvida na cidade de Pelotas, através do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. Onde, propõe-se apresentar as dificuldades ao exercer da profissão de trabalhadora doméstica, a partir de dados etnográficos de mediações e negociações realizadas no âmbito do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. A pesquisa atravessa questões de direitos trabalhistas, resistência política, diálogo com o sistema jurídico através de rescisões trabalhistas e agenciamento político dessas mulheres através de formações políticas, conferências e processos participativos, articulando as ações do projeto de extensão “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente” do Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos (GEEUR).

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico; Direitos; Mediações; Resistência Política

## ABSTRACT

SILVA, Maysa Luana. “**Domestic Work: Rights and Political Resistance Between Crossings of Trade Union Activities and Legal System**”. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Antropologia e Arqueologia (Graduação), Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

The present study presents the ethnographic research developed in the city of Pelotas, through the Domestic Workers' Union of Pelotas. Where, it is proposed to present the difficulties in exercising the profession of domestic worker, based on ethnographic data of mediations and negotiations carried out within the scope of the Union of Domestic Workers of Pelotas. The research crosses issues of labor rights, political resistance, dialogue with the legal system through labor terminations and political agency of these women through political formations, conferences and participatory processes, articulating the actions of the extension project "Domestic Work: Between the Past and The Present "of the Group of Ethnographic and Urban Studies (GEEUR).

**Keywords:** Domestic work; Rights; Mediations; Political Resistance

## **LISTA DE SIGLAS**

**CAEX** (Casa do Amor Exigente)

**CEBS** (Comunidades Eclesiais de Base)

**CLT** (Consolidação das Leis do Trabalho)

**CUT** (Central Única dos Trabalhadores)

**FENATRAD** (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas)

**FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

**GEEUR** (Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos)

**IPEA** (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

**INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social)

**OIT** (Organização Internacional do Trabalho)

**ONU** (Organização das Nações Unidas)

**MUARAN** (Museu de Antropologia e Arqueologia)

**MST** (Movimento dos Trabalhadores sem Terra)

**PEC** (Proposta de Emenda à Constituição)

**PCdoB** (Partido Comunista do Brasil)

**PCB** (Partido Comunista Brasileiro)

**PT** (Partido dos Trabalhadores)

**PSDB** (Partido da Social Democracia Brasileira)

**LISTA DE FIGURAS**

Figura.2.....	17
Figura.3.....	32
Figura.4.....	37
Figura.5.....	44
Figura.6.....	48
Figura.7.....	54
Figura.8.....	59
Figura.9-10.....	60
Figura.11-12.....	61
Figura.13-14.....	62
Figura.15-16.....	63
Figura.17-18.....	64

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2. O familiar, o situado e o afetado/a.....</b>	<b>16</b>
<b>2. Os caminhos da pesquisa: entre o ensino, pesquisa e extensão.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Convergindo para o campo da antropologia do direito.....</b>	<b>26</b>
<b>3. O Sindicato das trabalhadoras domésticas de pelotas: militância entre mediações, rescisões e conflitos.....</b>	<b>29</b>
<b>4. Profissionalização, equiparação de direitos e formações políticas.....</b>	<b>43</b>
<b>5. Considerações Finais.....</b>	<b>56</b>
<b>8. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>63-68</b>
<b>9. Anexos.....</b>	<b>69-111</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca apresentar os desafios estabelecidos ao exercer da profissão de trabalhadora doméstica na cidade de Pelotas, pensando de forma articulada as rescisões dos contratos de trabalho: articulo a política, a lei e os afetos que circulam no trabalho doméstico. Por conseguinte, este trabalho se localiza entre os campos da antropologia de estudos feministas, antropologia jurídica e política.

O estudo parte de dados etnográficos de negociações e rescisões de contratos de trabalhadoras domésticas, intermediadas no âmbito do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. As rescisões têm como seu cenário agente, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, que tem como um dos maiores desafios, assumir a responsabilidade de dar todo suporte para as trabalhadoras no ato de rescisões.<sup>2</sup>

A proposta, aqui, é discutir como se estabelecem os conflitos e acordos entre patrões/as, trabalhadores e o papel do Sindicato, não só como mediador dos conflitos nas rescisões trabalhistas, mas também agente de formação política. Nesse sentido, atento para os conflitos ao exercer da mediação, de rescisões trabalhistas, das quais as trabalhadoras domésticas tiveram mais dificuldades de resoluções ao que se refere à justiça do trabalho.

As reaproximações entre a trabalhadora doméstica e sua família de origem foram temas que surgiram no momento das rescisões, em que alguns familiares das trabalhadoras participaram destas negociações, onde ficou evidente que a trajetória de vida destas mulheres é essencial para avançar no entendimento das questões de gênero, classe e raça entre trabalhadoras domésticas.

Dessa forma, questionar o que circula através desses afetos no trabalho doméstico nos possibilita apresentar novas configurações sobre afetos e conflitos neste cenário de leis e atuação sindical na cidade de Pelotas. A resistência através da ação política, seja pelo exercício das obrigações

---

<sup>2</sup> Foram realizadas entrevistas com trabalhadoras de terceira idade, que trabalharam em torno de 30 a 40 anos para uma só família, contatadas no acompanhamento dos processos de rescisão das quais acompanhei entre os anos de 2015 e 2016. Em meu diário de campo, foram contabilizadas 23 rescisões, das quais me direcionei na análise de oito delas, sendo as mais marcantes para a pesquisa.

sindicais mais burocráticas ou através do movimento de mulheres negras, compondo a luta contra o racismo, as melhorias de condições de trabalho para a categoria, através da militância partidária e junto aos movimentos feministas.

Considerando a interface entre a lei, afetos e a política, busco apresentar de que forma o trabalho doméstico vem dialogando com o sistema judiciário, localizando a função do Direito e os desafios encontrados pelas trabalhadoras domésticas nas rescisões e negociações com patrões/as realizadas no Sindicato.

Busco analisar de que forma o sistema jurídico vem se adaptando para apresentar estes direitos de outras formas, por isso, utilizo a cartilha “DURAS DIÁRIAS”. Cartilha que é distribuída pelo sindicato para as trabalhadoras, promovida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), construída com a missão de promover conhecimento sobre a realidade das trabalhadoras domésticas, enfatizando os direitos e a sindicalização, fundamental para nosso cenário político, sobretudo para o enfrentamento atual.

A cartilha, diferentemente da formalidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, mostra didaticamente, através de quadrinhos, a trajetória de Dona Alzira, os direitos que são concedidos às trabalhadoras domésticas através da regulamentação do trabalho doméstico, lei complementar Nº 150 de 1º de junho de 2015. Dessa forma então, o objetivo da cartilha é discutir os impactos desta lei (PEC das domésticas), para apontar de que forma esses direitos estão sendo de fato colocados em exercício.

Penso a análise da cartilha conjuntamente em relação as formas de exercer a justiça comunitária<sup>3</sup>, e como essas especificidades de atuação sindical vem ajustando-se para apresentar os direitos aos cidadãos e cidadãs, mais especificamente, a categoria da classe de trabalhadoras domésticas. Dessa forma, analiso os desafios da atuação sindical na cidade de Pelotas e a posicionalidade política dessas mulheres, sobretudo quando se trata de uma forma de fazer justiça que difere de qualquer fundamentação fechada dos ideários do sistema jurídico.

---

<sup>3</sup> Forma de resolução de conflitos através da autonomia dos envolvidos para própria construção da justiça, não necessariamente necessita de um órgão estatal, segundo dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.

## 1.2 O FAMILIAR, O SITUADO E O AFETADO/A

Minha aproximação com o tema vem a partir de 2014, ano de ingresso na universidade, dentre as diversas temáticas, os estudos de gênero e feminismos eram os que mais me prendiam a atenção. Nessa passagem de disciplinas, a disciplina de Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista, Antropologia Brasileira e Família e Parentesco<sup>4</sup>, me fizeram deter mais atenção em questões relacionadas ao trabalho doméstico, os feminismos e questões raciais no Brasil, sendo que posteriormente a disciplina de Antropologia Jurídica unificou e direcionaram todas essas questões para pensar o desenvolvimento da pesquisa.

O processo dessa pesquisa se articulou entre a pesquisa, o ensino e a extensão. A extensão surgiu primeiro, foi quando descobri o projeto de Implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia que visava trabalhar com grupos da cidade que não eram foco dos museus tradicionais. Foi então que eu busquei a professora Flávia Rieth e demonstrei meu interesse quanto ao projeto. Meses depois, fui contemplada com uma bolsa de extensão na parte de monitoria dessas atividades com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e o CAEX (Casa do Amor Exigente) através da parceria com o GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos).

O trabalho como bolsista de extensão marcou um processo de aprendizagem extremamente importante para toda a minha formação. Nesse período fui convidada a fazer estágio no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, onde pude adentrar o universo das rescisões. Foi o despertar de tantos interesses, sobretudo pela militância, fazia parte do Coletivo Feminista Ana Montenegro de Pelotas e participava de atividades; congressos, conferências e atos junto às trabalhadoras domésticas do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

O fato de minha mãe ter sido trabalhadora doméstica foi o que mais me fixou à temática, marcando minha posição como feminista. Talvez esse

---

<sup>4</sup> Como resultado da disciplina, encaminhou-se o trabalho apresentado no Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL (SIAPE). “Novas configurações sobre afeto no trabalho doméstico: Sindicato, Desvinculações e Reaproximações Familiares”, 2015. Onde se discutiu a temática do trabalho doméstico em estudos de parentesco sobre afeto entre patrões/as e trabalhadoras domésticas: (ANEXO-A).

processo de pesquisa me fez resgatar entendimentos que não eram compreendidos, refletir e observar os atravessamentos entre o familiar, o situado/a e afetado/a. Sobretudo detendo-me as trajetórias das mulheres da minha família, as quais quando migraram do Nordeste para o Sudeste em busca de condições de vida mais dignas, tiveram o trabalho doméstico e operário como a primeira opção de inserção no mercado de trabalho.

Acompanho os preceitos das teorias pós-coloniais e descoloniais, pensar minha trajetória e de minha família, atentando para as pesquisas feministas, para compor o que Haraway (1995) denomina como projeto político epistemológico. Dessa forma, evidenciar quem sou eu, qual minha classe social, de que família venho, quais crenças carrego e onde me localizo, configuraria o que Haraway propõe de suma importância, o “saber localizado”, Este se refere-se a objetividade das pesquisas científicas, rompendo com a ideia de ciência descorporificada. A prática epistemológica feminista traz o agir, ser/estar no mundo a partir da localização da mulher que está escrevendo. Essa localização faz parte de todos esses conjuntos que traçam a objetividade da pesquisa e a ciência como agenciamento político dessas práticas.

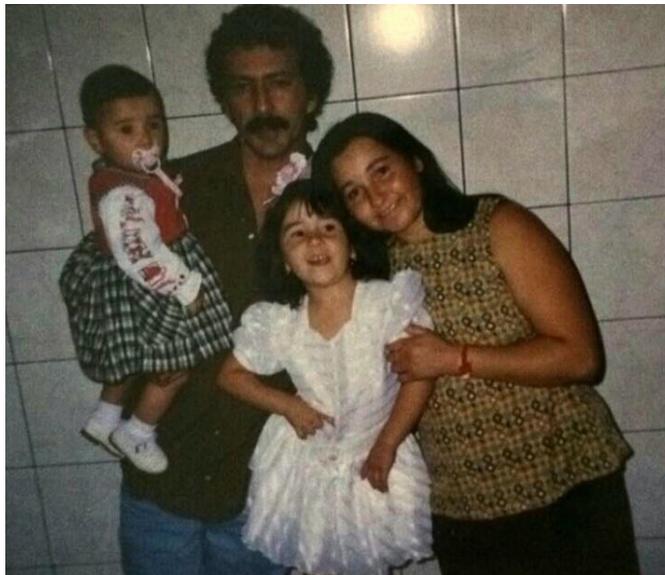


Figura 2. (1997, eu; à esquerda, Pai; José Roberto Silva, Irmã; Mayara Luiza Silva, Mãe; Terezinha Luiza da Silva)

Ser filha de trabalhadora doméstica, de uma família que teve de buscar a superação diariamente, me fez demarcar o formato deste trabalho e o compromisso político com o campo delimitado. Em termos acadêmicos apenas minha mãe conseguiu se formar, como assistente social e mesmo assim, ainda

se mantinha e se mantém como trabalhadora doméstica. Todos estes aspectos podem configurar este tema de pesquisa como familiar para mim. Conforme, Gilberto Velho (1978), os universos de pesquisa familiares são aqueles que acreditamos que de certa forma conhecemos. Eventos que se encontram próximos da nossa realidade, mesmo nos mostrando que o que consideramos familiar, nem sempre é conhecido.

Para Velho (idem), a pesquisa de campo em um universo familiar pode favorecer muitos aspectos da pesquisa, o adentrar no campo, a facilidade em termos de aprendizagem, dentre outras vantagens. Por outro lado, pode também apresentar dificuldades para complexificar questões que podem parecer óbvias, ou passar despercebidas. Dentre essas particularidades o maior desafio está centrado na noção de familiar, o antropólogo questiona quais os significados através disso e nos mostra em seu estudo que a noção de familiar ultrapassa diversas fronteiras e faz-nos enfrentar aquilo que para nós muitas vezes já tem um caráter de conhecimento brevemente formado.

Enquanto a questão da familiaridade na pesquisa antropológica é discutida em teorias feministas e pós-coloniais e decoloniais. Deepika Bahri (2013) nos direciona a pensarmos um feminismo situado, a partir das experiências, ou seja, a produção de conhecimento pela experiência. Dentro de uma estratégia política de demarcar o sujeito e seu meio de representação, para que assim possamos consolidar a pesquisa científica feminista mais próxima daquilo que nos é vivenciado.

Em diversos momentos que estava lendo sobre trabalho doméstico, eu pensava “nossa, minha mãe falava disso, minha mãe fazia isso”. Inclusive, recentemente passei por uma situação na qual, tinha encontrado em minha casa uma calça muito bonita. Vesti e fui perguntar para minha mãe de quem era. Ela disse “*Menina, a Alessandra que me deu, olha essa marca é da boa, deve ter sido uns 600 reais essa calça*”. O esforço dela era de, mostrar-me o quanto aquela calça significava, o quanto custava, a marca e o glamour. Esse fato, por exemplo, denota a familiaridade com o campo de estudo.

A questão do distanciamento na pesquisa foi de constante reflexão. Enxergava através dos textos de produção pós-colonial e descoloniais que o distanciamento é também definido como um marco de dominação colonial. Romper a lógica de distanciamento e essa relação de distancia poderia

propiciar em minha pesquisa atualizações de conceitos sobre o trabalho doméstico.

Suely Kofes (2010) escreve um artigo chamado “Seguindo o conselho do poeta: Repetir, repetir, até ficar diferente” onde reflete sobre questões referentes a manter distancia na proximidade, e os significantes do que é manter distancia na pesquisa antropológica. Dessa forma, a autora indica que sua proximidade com o tema se situava em sua classe social, pois conviveu com muitas trabalhadoras domésticas ao longo da vida, não omitindo ser de uma família elitizada. É por isso, que ela afirma em suas pesquisas a importância das autobiografias nas pesquisas antropológicas, até mesmo para não limitar os processos de subjetivação e possibilidades de reflexões epistemológicas fora do padrão dual e convencional de observador e observado.

Ao ler este texto e depois termos feito uma reunião do projeto discutindo o mesmo, notei que eu me questionava muito sobre essa relação. No meu caso, o outro fazia parte da minha vida, de minha identidade e trajetória. Até mesmo a questões sindicais que eu acreditava estarem distantes, estavam absurdamente próximas, por ser de uma família petista, que sempre esteve envolvidas com eleições, candidaturas e disputas e convictas das mudanças estruturais trazidas pelos governos do PT. Não quero dizer que com todos estes aspectos me eram simplesmente próximos e sendo assim compreendidos, não. No meu caso, era analisar questões de militância, trabalho e legislação sobre outros processos. Talvez por isso durante nesses anos passei pela “montanha russa” na pesquisa, de extrema alegria à extrema tristeza e relacionando a proximidade com a ideia de afecção em campo.

Favret-Saade (2005) apresenta a reconsideração da noção de afeto, o que é ser afetado em pesquisa. O seu dilema com o campo se encontrava em uma dualidade conflitiva, entre o observar e o participar. Se ela apenas observasse de fora, poderia não navegar naquilo que já estava completamente imersa. Se participasse poderia ameaçar o fracasso da própria pesquisa. Todos estes conjuntos de conflitos se configuravam na presença da afecção. A afecção é o campo dentro de você e difere da observação participante e da empatia, pois como poderia a pesquisadora ter empatia pelo “outro”, sendo que ela mesma era o outro?

É nesse sentido que Favret-Saade define a antropologia como terapêutica, o sujeito frente à si mesmo, é o permitir-se “tornar o subjetivo, objetivo”, trazendo todos os aspectos de personalidade para a reflexão dos dados de pesquisa. A partir disso, penso que a antropologia me permitiu vivenciar processos de afecção em campo, que ultrapassam o objetivo da aquisição de um certificado de graduação.

Convido então, a leitora/o a mergulhar neste estudo junto aos fragmentos de diários de campo, lembranças, narrativas, fotos e reflexões teóricas. Pretendo não fazer isso de modo isolado, e, mas como uma desobediente epistêmica (MIGNOLO, 2008). Então, desafiar os construtos de normas ocidentais que nos deixam emaranhados em formas de escrita, uso conduzido de teorias, privações de nossos processos de expressão. Ser desobediente epistêmico é abdicar dessas hegemonias ocidentais e optar por formas de pensar descoloniais. Proponho-me então a buscar esta direção na construção da pesquisa, não deixando à margem autores ocidentais, mas priorizando reflexões teóricas que partem de princípios contra hegemônicos.

## **2. OS CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRE O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

A pesquisa tem como porta de entrada a primeira fase do Projeto de Extensão “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente”, nas quais foram realizadas duas oficinas com as trabalhadoras domésticas do Sindicato. Uma para discutir os resultados da pesquisa de Marta Bonow Rodrigues (2015), intitulada “*A vida é um jogo para quem tem ancas: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX.*” A segunda para a elaboração participativa da exposição oficinas, fez-se como resultado foram elaborados 4 banners, com fotos e textos, fazendo um paralelo entre a experiência das trabalhadoras domésticas na atualidade e a representação das trabalhadoras domésticas na história a partir de anúncios de empregos, em jornais de Pelotas, do final do século 19.

Depois, na continuidade destas oficinas, foram realizadas cinco exposições itinerantes organizadas por equipe composta de alunas bolsistas do MUARAN (Museu de Antropologia e Arqueologia da UFPEL), representantes

do sindicato; Ernestina Pereira e Leda Medeiros, junto às professoras e professor coordenadores das ações; Flávia Rieth, Louise Alfonso e Pedro Luiz Sanches. As duas primeiras aconteceram no saguão do ICH, outras duas no Mercado Público de Pelotas e a última no calçadão da rua Andrades Neves, junto ao Chafariz, no centro da cidade. Os locais foram escolhidos pelas trabalhadoras domésticas, buscamos assim, maximizar o acesso, escolhendo o espaço público da rua, como lugar para discutir o trabalho doméstico, considerando o encontro entre os diferentes pontos de vista.

As exposições no Mercado Público foram realizadas junto ao Mercado das Pulgas, realizados aos sábados, contando com um público variado, onde há o movimento de pessoas de todas as idades, gênero, classe social e raça. Muitas trabalhadoras domésticas, convidadas pelo Sindicato, compareceram à exposição. Ernestina (presidenta do sindicato) por diversas vezes disse: *“Olha, essa é nossa companheira também”*, apresentando o projeto, explicando os banners para o público.

A exposição acontecia acrescida de outro banner pertencente ao sindicato onde constavam as seguintes frases: *Trabalho Doméstico: Escravidão Moderna*. Também junto à exposição foi montada uma banca do sindicato com os panfletos divulgando o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e sobre a regulamentação do trabalho doméstico. A PEC das domésticas, havia sido recém-aprovada pela Presidenta Dilma (PT) no mês que tínhamos começado os processos participativos com as exposições.

A exposição possibilitou a conexão com questões mais amplas em face à aprovação da lei de regulamentação do serviço doméstico. Mulheres que foram trabalhadoras domésticas falavam: *“Hoje tá bom, no meu tempo não tinha isso, nem se tinha direitos”*. Dentre outras afirmações, uma senhora negra vem até nós e conta sua trajetória, foi doméstica desde os 11 anos de idade até obter sua aposentadoria, ou seja, a maior parte de sua vida, diz ela que ganhava 15 reais por dia para fazer faxina. *“Hoje tá bom pra fazer faxina, no meu não era bom não”*. Ela também diz que nunca se deu conta da condição opressiva do trabalho. Hoje ela enxerga a importância das mobilizações a favor da regulamentação do trabalho doméstico, a partir de uma perspectiva positiva do quadro atual.

Eventualmente, ocorria de trabalhadoras nos contarem parte de sua trajetória profissional como trabalhadores. Outro caso interessante na primeira exposição no Mercado Público foi de um senhor que nos contou várias passagens de sua vida e como ele enxergava a situação do trabalho doméstico no passado. Ele primeiro disse que foi jardineiro e cuidava também das funções de limpeza das casas de famílias que trabalhou em Pelotas. A sua visão sobre o trabalho doméstico foi apaziguadora. Ele disse que os patrões sempre o trataram muito bem. E ele se sentia lisonjeado de poder trabalhar para eles, pois ele em sua condição de negro não poderia trabalhar de outra forma a não ser aquela *“A gente não pode ver os patrões como gente que fazia o mau, precisamos entender o contexto que eles estavam. É o que eles tinham para oferecer para a gente”*. Também nos disse que se sentia grato, pois não tinha vergonha da profissão.

Esse processo foi importante para a delimitação do campo, saber como o trabalho doméstico era percebido na cidade de Pelotas, como as pessoas se comportavam frente à temática, e também os reais sentidos de fazer um projeto de extensão. Ao mesmo tempo em que houve o processo de aprendizagens coletivas da nossa equipe, a troca de horários mantendo a exposição ativa<sup>5</sup>.

Os aspectos metodológicos começam então a aparecer na rua. A rua nos possibilitou meios de acesso não formal e opiniões variadas sobre o assunto. E por mais que tenhamos presenciado tensões entre pontos de vista diversos, notamos que as exposições tiveram receptividade apesar de situações onde ficou claro o repúdio à temática. Buscamos trazer a questão da invisibilidade das trabalhadoras domésticas por intermédio de uma visibilidade estratégica, para discutir a valorização do trabalho doméstico, a regulamentação do trabalho, a herança escravista, racismo e preconceitos.

A possibilidade de êxito desta intervenção se colocou desde o começo com engajamento, o GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos), junto a parceria do MUIRAN (Museu de Antropologia e Arqueologia da Ufpel) e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas com a discussão do *trabalho*

---

<sup>5</sup> As reflexões acerca das exposições itinerantes estão presentes em trabalho titulado “Quando a rua vira casa: Notas da exposição sobre trabalho doméstico na cidade de Pelotas”, apresentado no Congresso de Extensão e Cultura (SIAPE), 2015 (ANEXO-B).

*doméstico ontem e hoje*. Junto a isso, a nossa continuação do projeto e parceria.

Além disso, foi nessa passagem que conheci Ernestina, uma das protagonistas que mais aparece neste estudo. Ali, comecei a admirar seu trabalho. Tinha um enorme cuidado para agradá-la. Recordo-me que uma das nossas primeiras conversas, falei sobre minha mãe. Disse que ela tinha se formado como assistente social, Ernestina disse: “*Mas não pode abandonar a categoria, tem muitas que depois que entram na universidade abandona a luta*”.

As felicidades e agonias de imersão em campo começam nessa fase das exposições, reuniões do projeto e o convite para que eu fosse estagiar no Sindicato, feito por Ernestina. As questões metodológicas são marcantes na pesquisa para analisar pontos relevantes em torno de noções de diferença e aceitação do grupo. Dentre os desafios da observação participante.

Footy-Whyte (1980) um dos antropólogos mais reconhecidos pela utilização da observação participante nos apresenta reflexões acerca de desafios desse tipo de observação. Em sua narrativa, ele conta um episódio no qual, cria-se um constrangimento e agonia como pesquisador. Doc, um dos interlocutores e liderança do grupo lhe diz: “Você é diferente Bill”, (Bill é Footy-Whyte). Doc orienta para ele não tentar tornar-se um dos rapazes, pois ele representava a diferença, e deveria manter aquela diferença, dessa forma se constituiria as relações de alteridade. Mas pelo fato de Bill querer ser aceito e se empolgar com a interação do grupo, acreditou que poderia agir como eles em alguns momentos, mas depois se dá conta que aquilo fazia parte do processo de aceitação do grupo.

A aceitação é negociada todos os dias em campo, mas surgia quando essas mulheres me conheciam. Demarcar posições políticas, me posicionar quando necessário e também, o fato de saberem que minha mãe era trabalhadora doméstica também contribuía, pois assim, o distanciamento ali era reconfigurado. De certa forma, isso não era uma regra, pois só o fato de ser “*acadêmica da UFPEL*” poderia anular em diversos momentos qualquer forma de aproximação.

Concomitante a essa fase do projeto, comecei a frequentar o Sindicato. Na semana que comecei a frequentar, Ernestina me apresentava a suas

companheiras como; “*Essa aqui é minha filha Índia, Maysa, a estagiária do Sindicato*”. Essa palavra “*estagiária*” sempre me causou um peso, pois eu sabia que elas tinham expectativas quanto as minhas idas. Em alguns momentos me sentia frustrada, pensando que talvez eu devesse ajudar mais. Passei a acompanhar as rescisões, aproveitava o final de um ato rescisório e contatava a trabalhadora para uma possível interlocução.

As entrevistas foram também um instrumento que complementaram as rescisões, mas busquei fazer isso de uma forma não tão direcionada com Dona Silma, Terezinha Esteves, Eva Maria e Giselle Soares. Algumas vezes as entrevistas renderam horas e foram confortáveis, em outras eu sentia um grande desconforto e sensação de que não tinha sido proveitoso. Os diálogos, as conversas em congresso, eventos com as trabalhadoras às vezes, quase sempre, somavam mais que propriamente as entrevistas, em razão do meu interesse em discutir as mediações sindicais. Assim também, Cláudia Fonseca (1999) nos indica que as entrevistas são em si, uma técnica insuficiente, pois as entrevistas estão centradas em discursos, e os discursos nem sempre vão ao encontro da realidade. Quando os dados de campo ficam centrados apenas em discursos, corremos os riscos de não abranger o tema estudado.

A dimensão social do grupo não fica evidenciada através de apenas entrevistas. Fonseca, neste artigo nos dá o exemplo de um aluno seu, que em sua pesquisa estava apenas com uma informante. O problema disso está em como o pesquisador vai realmente atravessar as problematizações do campo sem conhecer outras pessoas da mesma representatividade social? Nesse sentido, a observação participante foge dessa ideia de “sacralização do indivíduo” e por isso é potencialmente importante para o desenvolvimento da pesquisa.

No final de 2015 para o começo de 2016, entramos na fase de um processo mais autônomo do projeto, “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente: Direitos e Cuidados na Atualidade”. Antes, estávamos mais vinculadas às demandas do Museu e nossas ações partiam disso. Reformulamos o projeto e buscamos afirmar que nosso trabalho extensionista é configurado na interlocução com trabalhadoras domésticas, filhas de trabalhadoras domésticas, professoras, mestrandas e alunas de graduação.

Marcamos posicionalidade como mulheres, dessa forma, nós priorizamos debates, leituras e atuações que sempre focassem no funcionamento da unidade doméstica que problematizasse a situação das mulheres no cenário social brasileiro, as relações de trabalho, a atuação política, racismo e, sobretudo os caminhos que problematizavam a organização política sindical.

No ano de 2016 as atividades do projeto de extensão se configuraram mais entre as trabalhadoras que não eram sindicalizadas, até mesmo para entender as dificuldades da sindicalização e como se variavam outras formas de atuação, as relações de trabalho, a precarização e trajetórias de vida fora de abordagens universalistas. Discutindo as particularidades e especificidades, realizando atividades internas ao ambiente acadêmico (grupos de estudos) e externas (exposições e campos). Buscamos explorar mais o potencial da etnografia, a práxis das epistemologias e o questionar sobre representações das trabalhadoras no mundo do trabalho. Adentrando em questões de profissionalização, precarização e informalidade do trabalho na cidade de Pelotas. Estas questões estavam presentes no meu tcc e instrumentalizando o andamento das discussões do projeto.

Direciono no desenvolvimento da pesquisa, trazer ações do meu TCC em sincronia com as discussões relacionadas às rescisões e o projeto de extensão, pois se entrecruzam, o projeto mencionado, gerou o tempo todo, trânsitos de diferentes formas de pensar, agir e atuar através das atividades, seja elas os grupos de estudos, exposições itinerantes ou etnografias realizadas dentro e fora do âmbito Sindical.

Durante o período que acompanhava as rescisões no Sindicato, notava que o processo da finalização do contrato de trabalho me gerava muitas dúvidas. Nesse período ainda não tinha passado pela disciplina de antropologia jurídica e também não tinha nenhum interesse prévio pelas questões mais técnicas e normativas das negociações.

Observava a forma como Ernestina tinha facilidade. Uma folha em branco de repente estava cheia de contas resolvidas. Ela usava a calculadora e direcionava perguntas “*Previdência foi paga?*” “*Quantas horas de adicional?*”.

Lembro-me de um dos trabalhos de campos, no qual perguntei a Ernestina uma dúvida relacionava ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço). Ela me rebateu, dizendo, “*Tens que entender isso, lê a cartilha, tá tudo na lei complementar nº 150*”. Naquele dia cheguei em casa e comecei a ler a cartilha. Por fim, meu entendimento não era ampliado. Sentia uma dificuldade enorme de entender diversas questões.

Aquilo me intrigava, pois eu não conseguia ajudar Ernestina da forma que gostaria. Não conseguia realizar contas, nem verbalizar tanto sobre a cartilha, dentre as leis e orientações jurídicas. Dessa forma, considerei a importância de me esforçar à leitura dedicada à cartilha. Ainda não conseguia enxergar minha pesquisa próxima do campo de antropologia do direito. Ao adentrar em conceitos, aspectos e conhecimentos da antropologia jurídica, nas atividades exercidas para a disciplina, eu pude perceber o quanto minha pesquisa estava próxima deste campo, e o quanto eu não avançava em muitas questões da pesquisa por não ter as ferramentas epistemológicas que eram necessárias.

Depois, mais instigada, busco a disciplina de Direito do Trabalho no curso de Direito da Ufpel. Disciplina que foi e continua sendo uma grande porta de entrada para entender não só os princípios do Direito do Trabalho, mas também para refletir sobre nosso atual cenário político, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ameaçada. Sobretudo uma reforma trabalhista que detém toda potencialidade para acabar com o direito previdenciário, dentre outros retrocessos sociais.

## **2.1 Convergindo para o Campo da Antropologia do Direito**

Kant de Lima e Barbara Baptista (2013, p. 04) propõem pensarmos a Antropologia do Direito, em contribuição às temáticas que envolvem espaços de administração institucional de conflitos. Dessa forma, a etnografia nestes espaços, intervém nos modos de produção de conhecimento do Direito, que ainda estão fixados em conhecimentos jurídicos, e têm resistência à pesquisa empírica. Logo, a manualização do conhecimento jurídico, se mantém na uniformização de categorias e conceituações que torna mais difícil a maneira como enxergamos a funcionalidade do campo jurídico. Sendo assim,

A prática da pesquisa empírica como método de construção do conhecimento é um instrumento que nos parece eficaz para a (re)construção de um Judiciário mais democrático, entendendo-se a ideia de democracia, neste contexto, como o caminho ou o espaço necessário de interlocução e de aproximação entre as partes, no caso o Tribunal e a sociedade, nas formas de administração institucional de seus conflitos (2013, p. 04).

A resistência – ou não aceitação do campo jurídico pelas “intervenções” de outros saberes em seu âmbito – se reflete por produções do conhecimento jurídico baseados na autoreprodução, sem “contestar os alicerces” consolidados pela dogmática científica do Direito. Por conseguinte, o sistema jurídico para o trabalho antropológico, acaba sendo por vezes adversário, pois dificulta alguns processos que levam em conta as subjetividades dos indivíduos, como nos é evidenciado por Patrice Schuch (2009).

Oliveira (2002) nos mostra que a aproximação da Antropologia com o Direito se consolida basicamente através dos laudos antropológicos, que recebem destaque sendo potencialmente relevantes para os processos de pedido de demarcação quando se tornam pedidos da Procuradoria Geral da República ou Justiça Federal. A constituição federal de 1988 trouxe para pauta pública o direito ao reconhecimento da territorialidade indígena, com a tutela do Estado criam-se instituições que se tornam responsáveis ao atendimento de populações tradicionais por instituições estatais.

Sendo assim, a relação com o Direito começa a ser um dos desafios da Antropologia e o debate sobre profissionalização se torna parte da construção e atuação antropológica. Latour (2000) para analisar o campo de estudos sociais da prática científica e perguntando-se, de que forma se chega aos resultados finais das pesquisas científicas, articula a analogia com a ideia de caixa preta, que engloba a pesquisa ao todo.

A epistemologia externalista pressupõe que todo cientista é sempre parcial, mas que as forças externas que regem a pesquisa, sobretudo dos que financiam essa pesquisa que vai determinar o resultado final. Para Latour (2000), o processo de pesquisa científica é cheio de incertezas e controvérsias. Os desafios de uma pesquisa faz parte da prática científica e pode ser retirado destes desafios reconhecimentos de lógicas de sistemas que estamos

inseridos. Dentre os caminhos da pesquisa, o subjetivo e o social estão em volta do que pode vir a ser o produto final.

A caixa preta é aquilo que não conseguimos ver. São tantos filtros que ao abrir a caixa preta nos deparamos com uma série de impasses que envolvem desde as imposições do sistema jurídico até as esferas extracientíficas. Por isso a caixa é quase impossível de ser aberta e visualizada. Nela, estão os interesses de determinada demanda, as relações de poder da área de conhecimento, certezas e incertezas que se estabelecem em todo processo.

Podemos relacionar a caixa preta ao estudo da atuação jurídica, que diante de inúmeras camuflagens e verticalidades somos impedidos de entrar e acessar aquilo que está nos extratos jurídicos. Isso também é de fato a consequência do afastamento do fazer jurídico e do fazer antropológico. Este afastamento das áreas foi aceito por muito tempo pelas ciências sociais, que enxergava o direito como aparelho do Estado, ou seja, não agregador de finalidades por transformações sociais.

“Assim é o estado de harmonia que se constitui em seu estado original. Isso implica que o direito não tem por finalidade administrar, nem mesmo resolver conflitos, mas sim extingui-los.” (LIMA, 2012, p.23).

Notei que quanto mais eu me encontrava, nas aulas de Direito do Trabalho ou nas leituras de antropologia do direito, compreendia elementos das rescisões que antes não entendia. Mas, por outro lado, ainda me encontrava anulada quando buscava definições e explicações que se concentram mais especificamente na área de Direito. A tensão de limites de território das áreas proporcionou a direção final da pesquisa, mesmo diante de inquietações.

“Agora eu sinto que estou no caminho certo da finalização da pesquisa, mas sinto que algo parece muito estranho. Mesmo que tenha mergulhado fundo em questões do âmbito jurídico e que esteja entendendo questões da rescisão que não entendia, me parece que falta algo, e tem a ver com o Direito.” (diário de campo, 10/05/2017).

Essas inquietações permearam todo processo final da pesquisa, para que lado seguir? Acredito que seja um mal inerente ao processo final da

pesquisa. Na disciplina de Laudos, Relatórios Técnicos e Periciais, Antropologia dos Conflitos e Direito do Trabalho I, pensar conceitos e categorias do direito me fizeram ter mil ferramentas para reflexão e escrita.

Poderia pensar, Direitos Humanos, Direito Civil, Constituição, Estado e Leis, em convergência com o cenário político atual. Neste ano de 2017, vários desses direitos foram colocados sob ameaça, em contexto de mudanças dos direitos trabalhistas, via reforma trabalhista, que alterou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Assim, é interessante pensar como essas alterações do campo político atuando, podem intensificar mais a precarização do trabalho doméstico. Dessa forma, os campos da Antropologia Jurídica e Direito do Trabalho são de fundamental importância para entender o poder do judiciário brasileiro, para questões que foram definidoras das conclusões e possíveis continuidades dessa pesquisa.

### **3. O SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE PELOTAS: MILITÂNCIA ENTRE MEDIAÇÕES, RESCISÕES E CONFLITOS**

A partir da constituição de 1988 houve algumas reformulações quanto ao status jurídico das mulheres no Brasil. O processo de redemocratização e abertura para novas políticas públicas para as mulheres fez com que muitas bandeiras fossem levantadas, relacionando a luta contra violência doméstica com a reivindicação de mulheres em espaços de poder deliberativo (CARNEIRO, 2003). Marcando uma forte característica do movimento feminista brasileiro, a luta pela redemocratização do país junto às lutas populares. Sueli Carneiro (idem) nos mostra que esse movimento ainda estava sendo prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalista das mulheres, conseqüentemente vozes foram silenciadas, enquanto o movimento negro estava propondo a reelaboração dessas visões propriamente centradas em “políticas para as mulheres” sem indicar para quais mulheres estavam sendo encaminhadas aquelas políticas. A indagação era e continua sendo, mas de que mulheres estão falando? Falar a palavra *Mulher/Mulheres* engloba a condição específica da mulher negra?

Obviamente, não. E isso é importante para entendermos as dinâmicas sindicais entre as trabalhadoras domésticas, já que a maioria das lideranças nacionais são trabalhadoras domésticas negras, articuladas nos sindicatos.

Nesse sentido é válido enfatizar que essa atividade se desenvolve sob estereótipos e construções de gênero e raça intrinsecamente ligados a naturalização de elementos inferiorizadores da mulher negra. Historicamente o trabalho exercido por mulheres é desvalorizado socialmente sob a égide sexista que o considera como de segunda ordem - vide as díspares remunerações entre os gêneros. Quando essa lógica alcança as trabalhadoras negras soma-se a discriminação racial que as inferioriza, explora e subalterniza, (CRUZ, 2011, p. 06).

Estes aspectos que caracterizam o trabalho doméstico são fundamentais para entendermos a cartilha; DURAS DIÁRIAS, que nos ajuda a dimensionar os aspectos mencionados no excerto acima. A discussão sobre raça, gênero e as dificuldades diárias dentre os sentidos da sindicalização para as trabalhadoras domésticas.

A cartilha, DURAS DIÁRIAS: A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL em quadrinhos foi uma estratégia de organizar de maneira ilustrativa, através de desenhos, os direitos mantidos e negados a classe das trabalhadoras domésticas, além de impulsionar a militância política e questões raciais. A cartilha apresenta um caráter interessante, pois foi feita pelo fato das formações e eventos destinados ao aprendizado sobre as leis, não serem chamativos e por serem recebidos como *não interessantes*, para as trabalhadoras domésticas.

Assim, analisei através das dificuldades acompanhadas no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas no diálogo com o sistema judiciário, operado nas rescisões e negociações e as formações políticas. A partir deste ponto, insiro partes da Cartilha Duras Diárias, dentre as rescisões, para configurar os impactos da lei complementar Nº 150 de 1º de junho de 2015, a PEC das domésticas.

Apesar do notável avanço das leis, o trabalho doméstico continua sendo um trabalho informal. Excluídas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Foi só a partir de 1972 que as trabalhadoras começaram a ter direito a carteira de trabalho, ingressando no campo da previdência social, obtendo finalmente o

reconhecimento do Estado, como trabalho (MORI, COSTA, FLEISCHER, 2011).

Posteriormente, agregado a muitas lutas, em 2013 é promulgada a PEC das domésticas, em 2015 a lei complementar nº 150 (PEC das domésticas) é sancionada. Vindo com ela, uma série de direitos que até então eram negados; salário mínimo, jornada de trabalho, pagamento de hora extra, banco de horas, remuneração de horas trabalhadas em viagem a serviço, intervalo para refeição e descanso, adicional noturno, repouso semanal remunerado, feriados civis e religiosos, férias, 13º salário, licença maternidade, vale-transporte, estabilidade em razão de gravidez, FGTS, seguro desemprego e salário família.

Pode-se pensar que estes são avanços que tornam o trabalho doméstico como um trabalho igual a qualquer outro. Embora, em contrapartida os dados da cartilha 'DURAS DIÁRIAS', nos mostra que apenas 30% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada, ou seja, estes direitos ainda não funcionam na prática, emergindo a ideia de que a consolidação da lei em si não basta, dentre os problemas que circulam neste âmbito, está o fato de a maior parte dos empregadores se negarem a cumprir essas leis.

A empregada doméstica tem menos direitos que qualquer outro trabalhador. Já que por isso a relação de emprego doméstico é menos formalizada que as demais. Além disso, no cotidiano do emprego doméstico muitas formalidades exigidas por lei não são cumpridas, tais como contrato de trabalho escrito, registro do empregado em carteira profissional, emissão de recibo de pagamento dos salários (BRANDT, 1998, p. 66).

Não só a questão da informalidade que circula no trabalho doméstico, mas também o afastamento do campo jurídico no que tange ao diálogo das partes, pois a maior parte das trabalhadoras não tem acesso ou desconhece o trabalho dos sindicatos. Dessa forma, mal podem exigir dos patrões que cumpram as leis, quando não há conhecimento sobre elas.

**MARIA LIMA**  
Sindicato das Empregadas  
Domésticas de São Paulo.



"As dívidas são tantas! O telefone aqui não para! Como faz pra receber seguro-desemprego?", "E as minhas férias?", "É justo isso? É justo aquilo?" Uns falam uma coisa! Outros falam outra! Fazendo uma confusão, misturando tudo."

Ai que entra a importância do sindicato para ajudar as trabalhadoras a saberem de seus direitos e os procedimentos para exigí-los. Nosso trabalho é esse: informar e ajudar no que for preciso pra não ter injustiça. Não pode deixar para procurar o sindicato só no momento da aflição.

A gente já vive uma condição que é complicada. Em fábricas, por exemplo, os trabalhadores têm mais facilidade pra se reunirem, se informarem e pressionar os patrões. A gente não. Umas trabalham aqui, outras ali. Mais espalhadas. Por isso, é preciso fazer esforços pra unir todas as domésticas. Tenho orgulho de ser doméstica. Foi desgastante, cansativa, ficar limpando vidro, minha coluna não dá mais pra nada. Mas mesmo assim, começaria tudo de novo. Tudo que penso hoje vem da minha profissão.

**Figura 3. (Cartilha: DURAS DIÁRIAS, A luta pela Regulamentação do Trabalho Doméstico no Brasil, p.44)**

As falas trazidas acima são muito comuns também no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, muitas vezes presenciei a ida de trabalhadoras apenas para pedir informação. Ernestina muitas vezes falava "Tem que ler a lei complementar nº 150", e entregava a cartilha "Trabalhadoras Domésticas: Construindo Igualdade no Brasil – Lei Complementar Nº 150"<sup>6</sup>, mostrava onde deveria se ler, presenciei uma vez uma trabalhadora ler e se direcionar a Ernestina dizendo, "Olha, eu não entendi".

Acredito que o fato de não entender tem relação com o que Bourdieu (1989), define como efeito de apriorização, neutralização e universalização do campo linguístico jurídico para demarcar as diferenciações e concentração do formalismo jurídico. Consequentemente, nos coloca diante de características que são parecidas com enigmas, o que torna mais difícil a compreensão do discurso jurídico, ou seja, tornando o que é do campo jurídico apenas compreensível pelo campo jurídico.

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de forças específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as

<sup>6</sup> Cartilha produzida pela Themis/Gênero e Justiça, mais direcionada com as normas e leis jurídicas da PEC das domésticas.

lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna de obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas (BORDIEU, 1989, p.203).

O acompanhamento das rescisões possibilitou notar as dificuldades e facilidades da mediação pela liderança sindical Ernestina Pereira, sendo que o comportamento dos patrões/as e trabalhadoras domésticas se esgotavam em discussões e poucas resoluções.

Karina Kuschnir e Gilberto Velho (2003) em *Mediação, Política e Cultura*, apresentam os estudos sobre mediação a partir de relações de poder nas interações de políticas cotidianas das quais são associadas à ação dos mediadores. Os estudos sobre mediação permitem adentrarmos em como diferenças dos processos de ação social da mediação, pensando como a ação comunicativa interage em processos simbólicos e constata as relações políticas cotidianas das mediadoras/es.

Por outro viés, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2012), defende que a mediação tem como possibilidade de resolução dos conflitos, configura oportunidades para críticas e gerenciamento das diferenças. A crise o conflito então, podem ser positivo, quando facilitam a resolução com os atores envolvidos. Shritzmeyer (2012) nos dá um panorama histórico das mediações no Brasil:

Somente a partir da década de 1990 surgiram, no país, entidades voltadas para a prática e sistematização da teoria da mediação, sendo de 1998 o primeiro Projeto de Lei (n. 4.827) que versou sobre a mediação de conflitos e que dispôs, em seu art. 3º, que “a mediação poderia ser judicial”. No entanto, pouco foi esclarecido a respeito do que seria o instituto da “mediação judicial” restando, até o presente, segundo alguns, a necessidade de uma adequada regulamentação do tema. (SCHRITZMEYER, 2012, p.47-48).

A mediação então, por meio de espaços não institucionalizados não foi bem oficializada, sobretudo por magistrados do trabalho, pois quando a mediação se consolida pela lei, parte de um formato com caráter “jurídico”. Porém, os Sindicatos ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT), buscaram se tornar um meio de defender os interesses da categoria, para

também ampliar a dimensão do modelo legislativo brasileiro, por meio das mediações e negociações no âmbito sindical.

O processo de institucionalização do Direito e os limites impostos pelo poder judiciário começam a serem contestados pela atuação dessas lideranças sindicais. Por intermédio de reivindicações políticas, os sindicatos argumentam com a valorização da atuação sindical, para ampliar as resoluções de litígios e substituição processual ao que é pertinente em suas ações de negociação e mediação, juntamente com a assistência jurídica do Sindicato (ARTUR, 2012).

Com o propósito de entender no sentido prático, de como ocorrem essas mediações e rescisões, apresento a seguir etnografias das rescisões que acompanhei no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, as etnografias transitam entre a mediação de Ernestina, a presidenta do Sindicato, as trabalhadoras domésticas e os respectivos patrões/as e representantes dos mesmos.

9 de março de 2016 - Rescisão 1

**“ME AGUENTE PATROA, ME AGUENTE EMPREGADA”**

**(Ernestina, Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras domésticas)**

Quando cheguei, Ernestina já havia me avisado sobre o clima tenso do dia, pois já havia começado com conflitos. Entrei na sala e me posicionei atrás das mesas<sup>7</sup>.

Ernestina questiona a patroa pelo fato dela não ter trazido todos os documentos que estavam faltando. A patroa diz que está tudo certo e então o tom de voz das duas vai aumentando progressivamente. Não ouço a voz da empregada em nenhum momento. Ela apenas fica quieta durante toda rescisão, seu rosto expressava estar consumida pelo cansaço daquela situação.

A ida ao sindicato era para resolver questões pendentes: A empregada pedia os feriados trabalhados e dois meses de décimo terceiro. Ernestina questionava o porquê a patroa não tinha assinado a carteira da doméstica. Diz

---

<sup>7</sup> O ambiente da sala do Sindicato das Trabalhadoras é composto por duas mesas, mais para trás uma cabine onde ficam documentações e no extremo fundo a cozinha, onde se dá os preparativos para eventos. Nas paredes ficam os banners resultantes do projeto de extensão e outros que indicam exigências atuais e posicionamentos quanto a equiparação de direitos para as trabalhadoras.

que o dever dela além desse seria ter pago a previdência que estava faltando, Janeiro e Fevereiro.

A previdência, na maioria dos casos é o maior desafio das rescisões, muitas/as empregadores/as não se comprometem a pagar todos os direitos que qualquer outro serviço obrigaria. E as trabalhadoras domésticas muitas vezes esquecem-se de requerer os documentos que tenham a assinatura do acordo por escrito e assinado pelos empregadores/as. Essas provas documentais são altamente fundamentais não só para a facilitação do ato rescisório, mas também para serem amparadas pelo INSS.

A justiça do trabalho apenas reconhece o tempo de serviço, e notifica o INSS sobre o débito (para que o INSS cobre do ex-patrão). Cabe às domésticas acionarem o INSS posteriormente, requerendo sua inscrição como segurada. Enfrentam inúmeras dificuldades para que o INSS aceite a comprovação do seu tempo de serviço, principalmente devido à inexistência de prova documental. (BRANDT, 1998, p.85)

Diante disso, foi pertinente observar no levantamento destes dados etnográficos, o fato de que, quando as trabalhadoras recorrerem ao sindicato, na tentativa de buscar vias para negociar, solucionar ou “cobrar” os direitos dos patrões/as, está se invertendo algumas ordens hierárquicas que são estabelecidas no trabalho doméstico. Portanto, tentando em alguns casos distanciar-se da ideia de afeto com a família. É no momento das negociações dos atos rescisórios que o afeto entre trabalhadoras e patrões/as aparece como um elemento de obstáculo, sobretudo para as trabalhadoras, que muitas vezes teriam de diferenciar os sentimentos afetivos à família e a exigência dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, a maior parte lideranças sindicais se posiciona com as alertas e cuidados para que esses afetos não sejam motivos de passividade nas exigências, pois é um dos principais dificultadores das negociações e a efetivação das leis de regulamentação. O reflexo disso, foi a finalização do caso de dona Silma que veremos mais à frente. Nunca teve férias oficiais, irregularidades nos pagamentos, sem assinatura na carteira de trabalho, fortes ameaças da patroa para voltar ao trabalho. De modo que, a situação finalizou

com a trabalhadora recebendo 800 reais e o caso se encerra, com o valor ínfimo ao que ela deveria receber.

21 de outubro de 2015 - Rescisão 2

**“TU TÁ RINDO, MAS EU TÔ FALANDO SÉRIO”**  
**(Ernestina, Presidenta do Sindicato das Domésticas)**

Adriana, trabalhadora doméstica, fez uma cirurgia de ovário com o patrão, médico. O atestado lhe oferecia 90 dias de recuperação. Em 23 de setembro iria completar um mês, e a patroa quer que ela volte ao trabalho, ela insiste dizendo “*Não faz nem um mês e ela quer que segunda eu volte ao trabalho*”, desabafa.

Adriana falava sem parar, gesticulava com as mãos, os pés, enquanto Ernestina interrompe em vários momentos. Adriana continua, contando uma série de pagamentos que não foram pagos. Enquanto ela vai falando, Ernestina vai mostrando a cartilha das trabalhadoras doméstica que contém todas as informações sobre as leis. Adriana dá risada e diz “*Eu não sabia disso não mulher*”. Ernestina retruca: “*Pois é, tu tá rindo mas eu tô falando sério, tu deveria saber disso*”.

“*Elas não leem, não procuram a cartilha, não vêm nas atividades, só aparece quando a água bate na bunda*”, diz Ernestina após Adriana ir embora. Essa é uma reclamação constante de Ernestina, aliás, uma reclamação de muitas líderes sindicais, que na tentativa de trazer mais representatividade para o sindicato, acabam sofrendo com poucas participantes ativas, baixo orçamento do sindicato e desgastes com grandes demandas de atendimento. As queixas de Ernestina são, sobretudo, devido ao descontentamento com as trabalhadoras que não contribuem nas pautas de luta. Para ela, recorrer ao Sindicato só quando precisa é falta de comprometimento com o movimento social das trabalhadoras domésticas. Delgado (1996) alerta para outras dificuldades que têm de serem considerados ao se pensar estes impedimentos à participação efetiva nas lutas.

Mantêm-se, no entanto, outras formas de marginalização feminina expressas no movimento sindical contemporâneo

através da ausência ou debilidade de políticas sindicais dirigidas as trabalhadoras O desconhecimento que a maioria dos sindicatos tem dos problemas vividos pelas mulheres que representam, a secundarização das reivindicações que dizem respeito as mulheres nas negociações coletivas as imagens predominantes sobre o que e ser bom sindicalista (o domínio do discurso a fala dura impessoal o distanciamento das questões da vida familiar e domestica) as condições desfavoráveis a maior participação das trabalhadoras levando em conta seu cotidiano (ausência de creches em eventos sindicais, horários de atividades não compatíveis com as exigências da persistente dupla jornada de trabalho das mulheres são exemplos (DELGADO, 1996, p.138).

A Cartilha: Duras Diárias, além da questão dos direitos e leis, aponta para esses desafios da sindicalização, como se dá o processo de aproximação da luta sindical e o enfrentamento perante as condições de trabalho de Dona Alzira, protagonista dos quadrinhos.



Figura 4. (CARTILHA: DURAS DIÁRIAS. p.29-30).

Rescisão 3, 5 de Agosto de 2015

**“MINHA MISSÃO AQUI É FAZER TRABALHADOR FALAR”**  
(Ernestina, Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas)

Discussões e gritos estavam sendo direcionados de uns para outros. Ânimos exaltados. Enquanto isso, detive-me a observar a postura do casal de senhores na porta, a princípio estavam em silêncio, de braços cruzados. Ernestina pede para que eu sente ali. Isis (sobrinha de dona Silma) dizia “Isso é um absurdo”. O advogado a ignorava e tentava conversar com dona Silma, puxando lembranças que Silma não lembrava, ou preferia esquecer naquele momento. Ele dizia “*Eu era namorado da Leticia, lembra? Nós jogávamos snooker com os meninos lá em cima. Olha, eu estou aqui mais como amigo do que como advogado. Eu quero só explicar pra senhora o que eles vão te pagar.*” Dona Silma apenas balança a cabeça concordando. Sempre de maneira passiva, ela olha, aceita e abaixa a cabeça. Ernestina, presidenta do Sindicato das Domésticas, neste momento está discutindo com a sobrinha de dona Silma. A confusão aconteceu porque Ernestina queria que Dona Silma falasse, explicasse toda a história.

A sobrinha insistia em justificar “*Ela não sabe ler nem escrever, qual a diferença se eu falar por ela?*”. Ernestina exigia que a própria doméstica falasse: “*Já que ela é assim, é essa mesmo que eu quero que fale hoje, aqui é lugar pra trabalhador falar*”. Ernestina continua e conclui “*Minha missão aqui é fazer trabalhador falar, não é de ser boazinha*”. A provocação estava sendo direcionada ao estímulo para que a trabalhadora falasse. Mas os patrões não queriam sair de perto.

Dona Silma trabalhava como operária em Morro Redondo-RS. Vem para Pelotas e se insere no mercado de trabalho como doméstica. Trabalhou por 30 anos na casa desta família. Passando por diversos problemas de saúde, sobretudo os oftalmológicos, tendo então que passar um por cirurgia. Após a cirurgia, decide não mais trabalhar para a família, devido não só a falta de condições físicas, mas todas as dores sentimentais, o cansaço e o enfraquecimento de laços afetivos desgastados com o tempo.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Questões de saúde entre as trabalhadoras domésticas estão no trabalho “DAS DORES FÍSICAS AS SENTIMENTAIS: TRABALHO DOMÉSTICO E SAÚDE ENTRE CONFLITOS E DESVINCULAÇÕES FAMILIARES” artigo produzido para a disciplina de Antropologia da Saúde. (ANEXO-C).

Ela vem sentar ao meu lado, diante de toda pressão que estavam colocando ali para que ela falasse, sobrinhas e Ernestina diziam ao mesmo tempo: “*Você recebeu férias?*” “*Cadê os recibos?*” “*A senhora está passando bem?*”. Dona Silma começa a ficar muito vermelha, de cabeça abaixada, transparecendo mal estar.

Ela então coloca a mão na cabeça e começa a derramar lágrimas, naquele momento eu dizia para ela “*Calma, se tranquiliza*”. Sentia uma vontade incontrolável de chorar, via que aquela mulher estava precisando gritar. Sua expressão parecia estar engolindo tantas coisas, mas silenciou diante da presença absurdamente autoritária dos patrões ao seu redor, sobretudo a patroa, que se negava a sair da sala do Sindicato.

Ernestina pede para todas e todos se retirarem, inclusive as sobrinhas, pois entendia que se estava com uma senhora de 63 anos, que poderia facilmente desmaiar ali. A patroa não queria sair do ressurto de forma alguma. Ernestina pede diversas vezes para ficar sozinha com a trabalhadora, mas sem sucesso. Pede então para dona Silma ir até um lugar calmo com ela. Resultado: Silma recebe uma rescisão de 800 reais. Valor insuficiente, injusto ao que deveria receber. Ernestina e as sobrinhas pedem para ela não assinar. Dona Silma assina, creio eu que na tentativa de encerrar aquilo ali mesmo.

Depois, após eu contatar Dona Silma para conversamos, vou na mesma semana em sua nova moradia, a casa das sobrinhas. A trabalhadora doméstica agora mora na garagem de sua irmã, pois devido ao rompimento do trabalho, perdeu o apartamento “concedido” pela família.

A ameaça era da retirada da moradia. No sindicato, o advogado insistia em dizer. “*Isso aqui ninguém tá colocando ninguém na justiça tá. Eu vim aqui pra compor da melhor forma. De acordo com a relação de tanto tempo que ela tem com a família. Por isso eu vim mais como amigo do que como advogado.*” Ele insistia no fato de ser amigo, e explicava o que Dona Silma deveria receber. Nesse contexto, há um detalhe importante, em 30 anos trabalhando, a patroa nunca lhe deu um recibo de pagamento, o que prejudicou ainda mais a negociação do ato rescisório.

“*O que a mãe disse pra ela foi: eu não tenho um palácio, mas tu podes juntar tuas coisas e vir morar com a gente.*” (Isis, sobrinha da Dona Silma). As sobrinhas contam que ela agora passa o dia dormindo e calada. Nitidamente a

depressão tem se agravado. Dona Silma me conta que neste período que as tensões e rupturas de laços acontecem. A patroa não aceita o fato de ela querer sair do emprego. Enquanto isso, as sobrinhas e sua irmã reiteravam o fato de que a patroa fazia ligações ameaçando Silma para que voltasse a trabalhar, pelo fato de morar em um apartamento pago pela família.

Dona Silma nunca teve férias oficiais, irregularidade nos pagamentos, sem assinatura na carteira de trabalho, ameaças da patroa e perseguição através de ligações, ou seja, assédio moral. Mesmo em uma família composta por muitos advogados.

Fica evidente que a mudança das leis, o advento da PEC, infelizmente não atinge como esperávamos que fosse, as trabalhadoras domésticas que trabalham longos períodos para a mesma família. Elas somente notam isso quando vão romper o vínculo com o trabalho. Inclusive, Silma diz que não sentiu nada “disso de mudança e persistência das leis”, mostrando todo descontentamento diante das leis e atuação sindical. Para ela, “*As coisas deveriam ter uma intervenção de maneira diferente*”.

Neste caso, e em outras rescisões, a negociação aparece como o cerne das possíveis resoluções de conflitos, sendo o mecanismo principal para a solução dos problemas. A mediação da sindicalista feita com propostas, embates e muitas vezes pressões, para que a trabalhadora doméstica tenha protagonismo no momento da rescisão, nem sempre obtêm sucesso.

A sindicalista nem sempre é vista como um componente neutro, portanto, a classe patronal acaba entrando em conflito com Ernestina, como apresentado através das etnografias, não só com a classe patronal. É importante ressaltar que os conflitos também acontecem entre as trabalhadoras domésticas.

No que tange essa questão, a mediadora, tem sobre ela a função de buscar vias para resoluções de acordos, que possam beneficiar de forma equivalente a justiça entre as partes. Como se trata de um sindicato de trabalhadoras domésticas, é mais do que óbvio que o benefício seja voltado para a trabalhadora, até mesmo pelo hipossuficiência das relações de trabalho, onde a/o empregado/a é a parte mais fraca da relação de emprego verticalizada.

Não havendo acordo na conciliação, entende-se que ela fracassou ao passo que se considera uma mediação bem-sucedida mesmo aquela que não culmina em acordo, bastando que o mediador tenha facilitado a comunicação entre as partes e despertado a capacidade recíproca de entendimento (SCHRITZMEYER, 2012:48).

Mesmo com impasse, é nesse sentido que os sindicatos atuam próximos de princípios da justiça comunitária, na base da negociação, informação e ação educativa sobre direitos que são concedidos às trabalhadoras. Na cartilha “O que é justiça comunitária?” produzida pelo Ministério da Justiça, 2008, é apresentado como funciona as possibilidades de autonomia das negociações. Essas resoluções, também partem dos conflitos, sendo esses conflitos são positivos para repensar o modo de relação com o outro, segundo a cartilha.

Alguns desses órgãos estatais tendem a idealizar a justiça comunitária, mas se esquecem de pensar as relações de poder que envolvem uma negociação, em muitos casos, nem sempre o que é negociável é positivo, como vimos no caso de Dona Silma. Até porque muitos acordos finalizam de maneira assimétrica para uma das partes. A potencialidade da justiça comunitária, está exatamente na possibilidade de construção dessas “micro-justiças” (MIRANDA, 2010). Ou seja, a possibilidade de “perda” estatal e empoderamento político dos formadores de poder locais, no caso as sindicalistas que fazem essa mediação entre patrões/as e trabalhadoras domésticas, sem terceirizar os conflitos para a judicialização e burocratização. Claro, a não ser que se abram processos, quando os conflitos não têm mais vias de modificações. Como aponta Slakmon (2006):

Os elementos necessários para essa reinvenção do direito são o reconhecimento da pluralidade de ordens jurídicas e a retórica dialógica, em oposição ao monopólio estatal do direito e à sua cientificização; e a repolitização do direito, por meio da substituição da rígida separação Estado-sociedade civil, por um outro critério analítico que inclua novas formas de sociabilidade e que veicule práticas políticas transformadoras (SLAKMON,2006,p.95).

Dessa forma, os sindicatos dialogam com a justiça comunitária e possuem esses formadores de opinião locais, as sindicalistas, que contribuem para a flexibilização deste espaço, como um ambiente que tem como função

“*Fazer Trabalhador Falar*” como ressalta Ernestina. A lei em si, não basta para que seja cumprida, por isso a resistência sindical é uma forma de persistir na cobrança de que os/as patrões/as cumpram as leis vigentes.

Essa cobrança aos/às patrões/as, sempre me causou entusiasmo nas observações participantes. A exemplo disso, em outro acompanhamento rescisório, a trabalhadora chega e avisa que está esperando a patroa. A trabalhadora espera por mais de 40 minutos. Inquieta olhava em seu celular a todo o momento as horas se passando, até que a patroa chega com sua filha. Também inquieta, já chega dizendo que não poderia negociar a rescisão, pois o advogado da família não poderia comparecer para ajudá-la: “*Então a gente remarca a rescisão para sexta-feira, pode ser?*”.

Ernestina pressiona, insistindo dizendo que a trabalhadora precisava do dinheiro para hoje e que estava esperando a quase uma hora sentada. A trabalhadora chorando interfere dizendo que não pode mais esperar que teria de pagar uma conta no dia seguinte. Ernestina continua pressionando a patroa, dizendo que iria encaminhar a trabalhadora para conversar com o advogado do Sindicato. A patroa então recua e senta. A rescisão acontece. A trabalhadora recebe o dinheiro esperado, em total quantia. Feliz e agradecendo a Ernestina, tira 100 reais e doa para o Sindicato.

Em formações políticas, as lideranças sindicais e os próprios advogados dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, questionam “*Porque o Sindicato Patronal não se organiza com as trabalhadoras domésticas?*”. Como nos mostra Schritzmeyer (2012), os conflitos e as crises podem ser positivos, para pensarmos as oportunidades de gerenciar essas diferenças, por exemplo, entre duas categorias, trabalhadoras domésticas e patrões/as, na tentativa de motivar as negociações de forma mais organizada, para novas transformações intermediadas por ambos os interesses, de forma equitativa.

Dentre esses fatores, fica claro que o trabalho doméstico ainda está no campo da informalidade, e desproporcionalmente o sistema jurídico preza a formalidade e a normatividade (BORDIEU, 1989), como resultado acaba por lidar diferentemente com essas não adequações. Não nos cabe simplesmente anular o sistema jurídico ou coloca-lo como “vilão” e sim, como aponta Geertz (1978);

(...) que não seja algo como "nós lhe atacamos, vocês nos atacam, e que os ganhos fiquem onde caírem"; não um esforço para impregnar costumes sociais com significados jurídicos, nem para corrigir raciocínios jurídicos através de descobertas antropológicas, e sim um ir e vir hermenêutico entre os dois campos, olhando primeiramente em uma direção, depois na outra, a fim de formular as questões morais, políticas e intelectuais que são importantes para ambos (...) (GEERTZ, 1978, p.253).

Para compreender o trabalho dos sindicatos, teremos de entender como funcionam as formações políticas das trabalhadoras, as mediações, negociações e atos rescisórios, dentre outras atividades desempenhadas. Tais engajamentos, para que sejam efetivados, pressupõem o trajeto na militância, na ação das formações políticas que englobam a participação dessas mulheres em conselhos municipais, estaduais, nacionais, congressos de encaminhamento de políticas públicas, eventos de redes políticas de esquerda, movimento negro, os quais se somam à luta das trabalhadoras domésticas.

#### **4. PROFISSIONALIZAÇÃO, EQUIPARAÇÃO DE DIREITOS E FORMAÇÕES POLÍTICAS**

*Miriam Marrone (candidata a prefeitura de Pelotas pelo PT) se aproxima de mim e diz: "Hoje estávamos em plenária discutindo a situação das trabalhadoras domésticas. Olha gurias, eu acho que tinha que ter uma certificação para elas trabalharem, pensa, se minha empregada faz o arroz do jeito que eu não gosto, como que fica? Seria melhor elas fazerem um curso para aprender a fazer as coisas certinhas e ainda receber diploma". (Diário de Campo, 19/08/2016).*

A fala da candidata ocorreu em exposição no dia do patrimônio<sup>9</sup>, onde tivemos um espaço reservado para exposição dos banners das trabalhadoras domésticas. A manifestação de Miriam Marrone me provocou certo mal estar e incomodo com a forma que ela formulava sua ideia. Conseguia compreender, mas discordava. Ela pede a minha opinião. Exponho que teria que ter cuidado ao querer impor a exigência para uma trabalhadora doméstica de ter a certificação para trabalhar. Muitas estavam fazendo o contrário: se formando como advogadas, administradoras, assistentes sociais, etc. E que isso não

<sup>9</sup> As reflexões acerca dos acontecimentos e atuação do projeto de extensão "Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente" no evento "Dia do Patrimônio" de 2016, estão no relatório da exposição (ANEXO-D).

significava desvalorizar a trabalhadora doméstica, e sim buscar outras vias de atuação profissional, como escolha.

Nos congressos, nos quais acompanhei o Sindicato das Trabalhadoras, sempre foi apresentado um cenário de possibilidades e processos de saída do campo clientelista para a inserção de trabalhadoras domésticas dentro de outras escolhas profissionais, não como negação da profissão.

Nas redes sociais, através do facebook, surgiu a campanha de uma trabalhadora doméstica negra que se tornou médica, com o lema **“A CASA GRANDE SURTA QUANDO A SENZALA VIRA MÉDICA.”** Diversas mulheres que eram trabalhadoras domésticas, deixaram de ser, para irem em busca de profissões com melhor remuneração. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido um dos mecanismos utilizados pelas trabalhadoras domésticas para a inserção em cursos superiores. E, dessa forma, o ingresso em trabalhos fora do âmbito doméstico.



Figura 5. <sup>10</sup>

*“A minha mãe trabalha a mais de 50 anos, ela sabe de tudo de tarefas domésticas, não tem mais nada pra apreender”, diz Daiana Félix, participante*

<sup>10</sup> Na figura 5 “O dia que alguma criança filha de rico sonhar em ser babá ou empregada doméstica, a gente conversa sobre *é um emprego como qualquer outro*” – Campanha “Eu, empregada doméstica”, página do facebook, da qual trabalhadoras domésticas postam relatos sobre dificuldades ao exercer da profissão.

do Projeto de Extensão “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente”. Compartilho da mesma ideia que Daiana e aproveito então o espaço de debate e emendo: *“Pois é, minha mãe também, trabalhou como babá/doméstica por muitíssimo tempo, e nunca precisou fazer curso nenhum para isso, até porque ela cresceu com 11 irmãos e cuidava da casa para minha vó trabalhar, além de ter a primeira filha com 18 anos”*. A discussão continua, até que ela então começa a cortar nossas falas, claramente se estressa e sai.

Em outro momento, exponho a situação para Ernestina, imagino que sua reação possa ser adversa a nossa opinião, mas não, ela ri. Terezinha Ulguim (Trabalhadora doméstica/Tesoureira do Sindicato), também concorda, mas acentua o fato de que muitas trabalhadoras realmente não sabem fazer as tarefas domésticas e que precisavam aprender.

Pensar em profissionalização requer pensar em condições jurídicas e legislativas possíveis e efetivas para as trabalhadoras domésticas. Seria possível pedir certificação de trabalho para trabalhadoras domésticas se nosso sistema jurídico, aliado a uma conjuntura política conservadora, não consegue ao menos oferecer um cenário de trabalho justo.

O trabalho doméstico possui sua herança advinda de um sistema escravocrata (BONOW, 2015), que persiste nas ações diárias dos/as patrões/as, expressos nos atos de praticar o racismo no trabalho ou de se negar a cumprir os direitos trabalhistas exigidos. Dessa forma, acredito que ainda estamos longe de pensar o trabalho doméstico exercido com certificação, se nosso país ainda não foi capaz de formalizar esse campo de trabalho de maneira concreta e não simplesmente paliativa.

Antes de pensar a profissionalização das trabalhadoras, situar o olhar sobre dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, no ano de 1985 apenas 13,56% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada no território nacional. Na região Sul, em 1995, dados mostram que com carteira assinada somavam-se 23,52% no total de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Enquanto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reitera que;

No Brasil, a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas/os trabalhadoras/es domésticas/os não é diferente do panorama

apresentado pelos demais países da América Latina e do Caribe. Em 2008, o trabalho doméstico representava 15,8% do total da ocupação feminina brasileira. Entre os/as trabalhadores/as domésticos/as, 93,6% são mulheres, e entre elas, 61% são negras. Mesmo com um número bastante significativo de mulheres empregadas nesse setor, somente 26,8% do total de trabalhadores/as domésticos/as possuem carteira de trabalho assinada, e entre as trabalhadoras domésticas negras, este percentual é ainda menor: 24%. (OIT – Relatório 99º Conferência Internacional do Trabalho, p.4).

As mulheres negras continuam sendo as mais atingidas pelas violações feitas à legislação. Lélia Gonzalez (1984) apresenta o racismo enquanto uma articulação ideológica, a partir de um conjunto de práticas que recai sobretudo no mercado de trabalho, o que consolida a divisão racial do trabalho. Essa divisão, funciona como uma manobra para manter a força de trabalho negro na condição de massa marginal, recrutando e mantendo essas pessoas em trabalhos mal remunerados e permanentemente presos na lógica de subordinação. Para a superação das desigualdades no mundo do trabalho, não seria possível se não houvesse o rompimento do sistema de opressões causadas pelo racismo. A luta então é antes de ser denominada como equiparação de direitos, deve ser considerada como luta anti-racista (CARNEIRO, 2003).

A ação política das trabalhadoras domésticas vem sendo incorporada aos movimentos feministas de mulheres negras, exigindo que a condição da experiência da mulher negra fique em primeiro plano. Para isso, compreender como as trabalhadoras domésticas vêm pautando a situação contemporânea para assim reivindicar *trabalho decente*, lema principal da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

Organizações Internacionais, como mencionada acima, a OIT e a ONU Mulheres vem tentando ampliar a melhoria das condições de trabalho através de convenções e recomendações, criando parceria e eventos para discussões e encaminhamentos. Em 2011 a OIT consolidou a convenção sobre Trabalho Doméstico Decente com o marco legislativo, decreto n.6.481, de 12 de junho de 2008 que proíbe o trabalho doméstico infantil, e recomendando instrumentos internacionais de proteção as trabalhadoras domésticas, importante para impedir retrocessos e garantir igualdade de direitos. Mesmo assim, há ressalvas que precisam ser ressaltadas:

O texto da convenção é muito pouco objetivo, pois precisou atender realidades diferentes e respeitar legislações nacionais de todo o mundo. Ela passa a ser uma referência alta no ordenamento jurídico, mas não é o suficiente para resolver todos os problemas específicos do trabalho doméstico. Há de se seguir na luta pela isonomia de direitos (FLEISCHER, MORI, 2011, p.186).

É neste sentido, que o trabalho sindical se mostra mais do que necessário, não só para cobrar e se posicionar junto a essas pautas internacionais, mas também para atuar nas especificidades de possíveis resoluções. É ali no Sindicato que fica evidente os problemas reais das trabalhadoras domésticas, ali está a possibilidade de envolvimento com as problemáticas jurídicas, através das rescisões, encaminhamentos para processos trabalhistas e visibilidade quanto aos descumprimentos da lei. Sendo também, onde há a centralidade da organização política pela defesa de direitos e empoderamento político dessas trabalhadoras.

Dessa forma, analisar as redes de atuação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, é essencial para entendermos como se estabelecem os mecanismos de participação em espaços da cidade, de que forma esses espaços contribuem para a formação política das trabalhadoras e demandas de suas comunidades.

Acompanhei formações políticas a partir de conferências municipais, estaduais e encontros políticos. Esses contextos marcaram, não apenas a formação política dessas mulheres, mas também a minha. As experiências foram de lutas concretas, que fizem dos meus diários de campo, grandes emoções e ensinamentos sobre feminismo, políticas e processos participativos. Foram nestes contextos que eu compreendi o funcionamento de conferências, os encaminhamentos de políticas públicas, o diálogo ativista e o enfrentamento político.

Nas conferências, estavam em jogo as disputas, tensões, conflitos e disputas partidárias. Dentre essas conferências, a Conferência Estadual de Políticas para Mulheres em Porto Alegre em 2015 foi a que mais se destacou em meus escritos etnográficos. Um dos primeiros discursos no evento foi da

deputada estadual Leci Brandão (PCdoB), depois Maria do Rosário (PT), dentre outras militantes que estavam representando suas organizações.

Os debates do eixo que estávamos, ficaram centrados nas seguintes questões; fundo partidário para as mulheres; lideranças partidárias trabalhando para os homens; mulheres votando mais, mas não se elegendo; fortalecimento das frentes feministas; autonomia dentro das organizações; defesa da presidenta Dilma contra os ataques patriarcais e machistas; reforma política; recursos e formação/capacitação destinada às mulheres através dos partidos.



Figura 6. Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, 2015.

Essas atividades de formação são de costume das trabalhadoras domésticas sindicalizadas, marcando uma concepção de formação política, que faz parte da militância, sem isso, não há instrumentos necessários para a ação. Entretanto, não para aquelas que não são sindicalizadas. Ernestina reforça a necessidade de estar nesses espaços, para que as trabalhadoras domésticas participem dessas conferencias. Já para aquelas trabalhadoras domésticas não sindicalizadas, a partidarização da luta sindical é um problema, em certa medida, é preciso estar de acordo com a linha política de esquerda, sobretudo do PT (Partidos dos Trabalhadores).

Em reunião do projeto com as trabalhadoras, no GEEUR, tivemos a presença da Eva Maria Pinheiro de Castro, para discutir as questões que permeavam os desafios e formas de mobilização das trabalhadoras domésticas

não sindicalizadas. Dona Eva, tem inserção de base através da igreja católica e em sua fala manifesta insatisfação quanto à políticas sindicais:

*- Naquele tempo eu tinha muito afazeres não tinha tempo pra participar. E lá tava junto o PT e o Sindicato. Ou eu trabalho para o sindicato ou eu trabalho para o PT. Essa é diferença que tem que fazer entre política e o trabalho, porque nem todas as pessoas são, porque que se extrapolou esse sindicato das domésticas. Eu acho que não funciona. Eu graças a deus não precisei, porque eu sou, assim. Os sindicatos deveriam ir e perguntar se a pessoa quer ser sindicalizado, mas eles, os sindicatos te impõem a ser sindicalizada, e quando a casa cai, ninguém me defende, ninguém, porque eu vou ficar sem empregado, ele vai ficar estabilizado, e eu tô fora. Se vierem, eu digo, qual é o benefício? A empregada tem que ser qualificada, tu tem que saber a origem da empregada pra bota numa casa de família, que vai ficar na casa, vai cuidar de uma criança, o sindicato não faz isso. O sindicato não qualifica. Quem tava fazendo essa qualificação, que eu até falei pra minha ex patroa, quando eu sair daqui eu vou lá fazer um curso lá na Eulali, que tava dando curso pra garçonete, empregadas domésticas, e eu disse assim, eu vou lá ver. Eu vou lá um dia pra ver o que ela tava dando pra empregada doméstica. Qualificando de que jeito a empregada doméstica. (Diário de Campo, 13/09/2016).*

O posicionamento de Dona Eva se desdobra entre discordâncias políticas e partidárias, posteriormente ela nos conta que fez campanha para Paula Mascarenhas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atual prefeita da cidade de Pelotas. Mas para a trabalhadora, não só questões partidárias dificultam a participação, ademais, o modo que funciona a assistência sindical, para Dona Eva não é considerada válida. Em seu argumento, as formações deveriam ser voltadas para demandas de profissionalização, para que fossem ampliadas as aptidões de serviço para as trabalhadoras. Dito isso, o compromisso partidário, as formações e outras questões não trariam resultados para o âmbito profissional.

Para o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, afirmar compromisso com o PT é fundamental para manter a agenda política das trabalhadoras de pé, já que a maioria dessas lideranças foram fundadoras do partido e presenciaram as transformações no cenário de justiça social. Sejam essas transformações mesmo que paliativas, porém significativas para o avanço de execução de projetos que dispunham de mecanismos partidários.

Isso não significa que o PT seja o partido a ser seguido, mas sim respeitado entre as trabalhadoras sindicalizadas. Em reuniões sindicais que acompanhei, enquanto alguns sindicatos faziam fortes críticas ao governo, lembrando que estamos falando de um período pré-GOLPE da Presidenta Dilma Rousseff, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, através de Ernestina se posicionava na defesa do até então atual governo. Detenho-me aqui a explicar esses contextos etnográficos para entendermos o porquê do partidarismo na sindicalização.

**22 de setembro de 2015**

**“O GOVERNO PODE CAIR E NÓS TAMBÉM”**

**(Ernestina Pereira, Presidenta Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, 2015)**

Antes do Golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma, as reuniões sindicais já previam que algo muito ruim poderia acontecer para as/os trabalhadores/as. As conversas eram permeadas por tensões e perspectivas da crise anunciada. Na atividade do dia 22 de setembro de 2015, da qual estavam presentes; CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), Levante Popular Da Juventude, MST (Movimento dos Sem Terra) e Frente Brasil Popular, discutiam a urgência de organização para enfrentamento do cenário político atual.

Estes movimentos sociais reclamavam da conjuntura atual do PT, falavam sobre a nota da CUT dizendo que “*a política econômica do PT não dá mais para nós*” se queixando em relação a onda de conservadorismo somado a isso a existência de um congresso que não articula com a classe trabalhadora. Cada grupo reivindicava sua visão sobre a situação atual. A Frente Brasil Popular propunha a união de todos os movimentos para cobrar o governo. As/os camponeses/as do MST diziam: “*O pouco que nós tínhamos, nós perdemos*”. O Levante Popular da Juventude afirmava a importância da formação ideológica, senso crítico e diálogo com os Sindicatos, reiterando o tempo todo, a disposição a mobilizar na rua.

Os Sindicatos dos Metalúrgicos falavam sobre a importância da formação política, dos seminários e da mobilização. Ademais, a paralisia dos movimentos sociais, como defensiva da ofensa a criminalização da esquerda.

Um dos sindicalistas diz: “*Nós não fizemos nossa parte, a direita consegue levar mais gente para a rua, falhamos, o PT falhou*”.

Em síntese, todos estes movimentos faziam falas em oposição à políticas de governo do PT e questionavam como formar unidade. Reclamando que as reuniões para formação de cartilhas não adiantavam mais. Os meios de comunicação para piorar, estavam dominados pela direita, enquanto os trabalhadores/as ainda não conseguiam usar os meios alternativos das redes sociais. Como então mudar as estratégias? Questionavam.

Em meio a todos os discursos, as falas demonstravam o receio do que estaria por vir. Enquanto isso, os homens estavam assumindo todas as falas, até que Ernestina, última a falar, se manifesta. Situa sua fala como representante das mulheres do Sindicato das Trabalhadoras, já que maioria não poderia estar ali naquele momento, pois em uma terça-feira às 14h, muitas por serem trabalhadoras domésticas estavam naquele momento trabalhando, não podendo comparecer. Ela então reforça: “*Inclusive, queria dizer para os senhores, que tragam as mulheres de vocês para as plenárias e divulguem o Sindicato da Trabalhadora Doméstica para aquelas que vocês conhecem que são trabalhadoras domésticas, para participar e somar força nas lutas*”.

Ernestina também reforça a representatividade como mulher negra e opressões enquanto sua posição de liderança. Além disso, seu reconhecimento de apoio ao PT naquele momento, dizendo desde o começo “*Pessoal, filhos criados, trabalho dobrado*”. Reclama que na época que se tinha emprego para todos estava tudo bem. Agora porque só criticavam o partido e viam o lado ruim? Para Ernestina, a resistência seria junto ao partido, “*O discurso de vocês, a direita ama isso, precisamos nos unir e defender nosso governo*”, resposta ao descontentamento de muitos com o PT.

Ao final de sua fala, reclama das trabalhadoras domésticas que não se engajam, dizendo que muitas passam a vida inteira vivendo a vida dos/as patrões/as, sem investir nos estudos e na formação política: “*As mulheres não gostam de vim*”. Por fim, a reunião sindical se finaliza com a proposta de unidade, ou seja, juntar esse grande número de pessoas que estão de “*braços cruzados*”.

O interessante aqui é perceber os sentidos da defesa partidária pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Quando Ernestina afirma que “*O governo pode cair e nós também*” ela está colocando em pauta os direitos que foram conquistados. Se o governo que proporcionou os mínimos direitos exigidos é derrubado, o que surge como consequência são as retiradas do que foi duramente construído por pressão e engajamento dos movimentos sociais.

Após o golpe, a consideração urgente de aspectos do cenário político atual que estamos vivenciando é fundamental para entender os retrocessos sociais que serão advindos da Reforma Trabalhista. A mesma surge para barrar conquistas de trabalhadoras e trabalhadores, intensificando mais o controle dos empregadores. Afetando o direito previdenciário e beneficiando o incentivo ao capital privado, o que torna mais difícil o acesso ao direito previdenciário às trabalhadoras domésticas.

Em entrevista a Revista Fórum em 16 de julho de 2017, a Presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica Lucileide Mafra Reis diz: “*Agora que estávamos melhor preparadas para lutar pela aplicabilidade da Lei das Domésticas, vem essa rasteira a nível nacional*”. Esse cenário político começa a aprofundar mais os desafios, sobretudo para as trabalhadoras domésticas que mais sofrem com a ausência de aparatos legislatórios e jurídicos para a resolução de conflitos no quadro da justiça do trabalho.

Em outros contextos etnográficos ficou evidenciada a luta contra a reforma trabalhista como uma pauta em comum dos movimentos sociais de esquerda. No dia 27 de fevereiro fomos rumo a Romaria da Terra, evento que reúne lideranças comunitárias, pastorais, movimentos da igreja católica junto a sindicatos de metalúrgicos, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras/es rurais. É importante pensarmos na Romaria, até mesmo para entender o surgimento dos Sindicatos. Foi através das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) que surgiu a mobilização popular e formação dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores, até mesmo o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

O convite para a ida à Romaria havia sido feito por Ernestina, durante a conversa no Sindicato. Ernestina falava sobre a importância das trabalhadoras

domésticas estarem engajadas na luta camponesa, comunicando em sua fala que pisaríamos em um lugar sagrado, a Fazenda Annoni que foi marcada como um dos mais importantes símbolos de luta do Movimento dos Sem Terra (MST), onde muitas trabalhadoras e trabalhadores lutaram formando o primeiro e maior assentamento do Rio Grande do Sul. Ernestina se emociona nos contando a história de Roseli Nunes, uma das protagonistas dessa luta.

A reforma da previdência marcou todas as falas da Romaria, o Levante Popular da Juventude, lançou o seguinte manifesto:

### **NENHUM DIREITO A MENOS! CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

*"Estamos reunidos no assentamento do MST na Fazenda Annoni, terra de Rose, marco da retomada da luta pela terra. Foi aqui, numa noite de lua cheia, na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, que 7,5 mil pessoas ocuparam um dos maiores latifúndios desta região. Os jovens protagonizaram aquele momento e seguem nas lutas hoje. (...) Estamos aqui e afirmamos com força que não aceitamos o governo golpista e ilegítimo, repetimos com milhões de brasileiras e brasileiros: "fora Temer". Não aceitamos retrocessos nas conquistas e o desmonte dos direitos que vieram de muita organização e luta: "nenhum direito a menos", "nenhum camponês sem terra, nenhuma família sem teto, nenhum trabalhador sem direitos" (Papa Francisco). Não aceitamos pagar a conta do ajuste fiscal com a redução de direitos e somos contra todo tipo de austericídio. Não aceitamos a reforma da previdência que penaliza as trabalhadoras e os trabalhadores e especialmente as mulheres. Não concordamos que a educação é neutra e somos contra a proposta de "escola sem partido" e a reforma do ensino médio. Somos contra o machismo, o racismo, a homofobia, o patriarcalismo, o feminicídio e todos os fundamentalismos. Enfim, somos contra o projeto neoliberal, que de novo nada tem, pois apresenta as mesmas propostas que só atacam os pobres e a classe trabalhadora. Estamos aqui porque acreditamos que ainda há lugar para um outro mundo possível." (Levante Popular da Juventude, 28 de fevereiro de 2017).*

No dia, o palanque de discurso foi tomado por duas pautas principais; A continuidade da defesa e luta pela terra e a mobilização contra a Reforma da Previdência. Ativistas indicavam os possíveis desastres que prejudicariam ainda mais o acesso à aposentadoria, sobretudo dos pequenos agricultores. Neste ano de 2017, vários direitos que foram duramente conquistados pelas trabalhadoras domésticas também estão sob ameaça, em um contexto de mudanças dos direitos trabalhistas, via reforma trabalhista que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, é interessante pensar como essas alterações do campo político atuam em relações sociais pautadas pela precarização do trabalho doméstico e se articulam com a luta de trabalhadores do campo, pois ambas sofrerão com a aplicabilidade desta reforma.

Durante a caminhada, o sol castigava a todas/os, tinha momentos que não havia mais voz para cantar as canções, o cansaço e a vontade de chegar ao destino final era um desejo coletivo. Segui em caminhada com Marcela e Leandro, havia me perdido de Ernestina, Terezinha, Leda e Mateus, mas estava segura ao lado de Marcela, pois ela estava tão empolgada quanto eu naquele evento, todo aquele cenário havia uma massiva participação de mulheres, para nós era mágico estar na Fazenda Annoni. Quando a caminhada começou, compartilhávamos a emoção de estar pisando em um lugar que marcou tantas trajetórias e acontecimentos que sangraram pela defesa de uma luta, sobretudo a história da grande guerreira, Roseli Nunes. (Diário de campo, 28 de fevereiro de 2017).



Figura.7 – Romaria da Terra – 2017, Pontão-RS.

A luta pela defesa da terra, é também uma luta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. Muitas trabalhadoras, assim como Ernestina, são oriundas de um contexto rural quilombola, o que marca a luta pela terra como parte da trajetória dessas mulheres. Bem como, o MST é um movimento de forte contribuição e articulação com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, somando-se em suas atividades de militância, assim colaborando para o fortalecimento da luta.

Essas atividades e formações, somadas ao trabalho sindical, demanda tempo e força, não apenas força política, mas força física para a manutenção diária. No dia do aniversário de Ernestina, liguei para parabenizá-la e disse: *“Te desejo muita força, algo que você já tem, mas desejo mais”*. Ernestina me respondeu: *“Não tenho, estou fraca, na verdade eu sou fraca”*.

Em diversos momentos, acompanhando a rotina de Ernestina, percebi que mesmo não sendo mais trabalhadora doméstica com vínculo empregatício, sua rotina ainda permanecia permeada de trabalhos exaustivos. A respeito disso, fica mais fácil entender o porquê a liderança sindical reclama da ausência de participação das trabalhadoras domésticas. Acredito que talvez se a equipe fosse maior, as obrigações se tornariam mais leves. Porém, o sindicato não tem condições de pagar para que muitas pessoas trabalhem, aliás, os Sindicatos comandados por mulheres, hoje sofrem com um quadro de constantes pressões. A conjuntura política atual pressiona as mulheres, diante de altas taxas de desemprego, pouco tempo para dedicar-se a atividades sindicais e cargas horárias de trabalhos exaustivos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a OIT, o Brasil é o país com a maior organização sindical de trabalhadoras domésticas, sendo que essa luta protagonizada por sindicalistas trouxe para a categoria uma série de avanços e conquistas. Ainda não alcançaram todos os âmbitos, por ser um trabalho que não tem fiscalização, e ser da esfera privada das casas, muitas dificuldades são mantidas as margens, muitas trabalhadoras domésticas não têm acesso a estes avanços.

Quando estão nessa busca de direitos e dúvidas quanto às injustiças estabelecidas no trabalho, buscam o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Posto que, os Sindicatos enfrentam uma série de dificuldades, não só financeiramente, mas também nas estratégias de cooptação, já que muitas domésticas não conseguem participar das atividades e formações políticas. Tudo isso dificulta sua manutenção. Mas, ainda é realizado a partir da resistência negra e periférica da cidade de Pelotas, contribuindo para uma grande parcela de trabalhadoras domésticas que chegam, muitas vezes para debruçar suas mágoas e descontentamento com o trabalho exercido.

Neste trabalho, busquei elencar questões que atravessam as rescisões, legislação e resistência política, a discussão final permeia a visibilidade destas problemáticas sociais identificadas na pesquisa. Reitero também, a importância da última exposição que fizemos sobre *Trabalho Doméstico, Direitos e Cuidados na Atualidade*, através do projeto de extensão “Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente” do ano passado, no Dia do Patrimônio. Além de ser uma continuidade do diálogo com a população pelotense sobre o trabalho doméstico, também foi útil para reconhecemos e situarmos o atual contexto de direitos que vivenciamos. Todas as conquistas das trabalhadoras domésticas através dos Sindicatos, Movimentos Sociais de Feministas Negras, dentre todos os benefícios resultantes da PEC das domésticas, aprovada e sancionada pela presidenta Dilma em 2013, a lei de regulamentação do trabalho doméstico.

A exposição nos proporcionou experiências que unificaram questões familiares, entre Simone, sua mãe e irmã, das quais assumiram a monitoria e contavam para os visitantes suas trajetórias como trabalhadoras domésticas. Desde o início da exposição, noto que a Simone Fernandes estava se

emocionando ao ver a Miriam Fernandes, sua mãe, falar. Simone enche os olhos de lágrimas, me aproximo dela e dou-lhe um abraço. “*Eu não aguento guria, tu sabe como eu sou com essas coisas*”, diz ela. Naquele exposição, muitas questões familiares estavam envolvidas, Simone, Patrícia e Miriam estavam juntas, mãe e filhas, falando sobre suas trajetórias de vida e a relação das três com o trabalho doméstico na família, comungávamos juntas na exposição, a experiência em comum, das mães como trabalhadoras domésticas. Ou seja, além da importância de situar os avanços das leis, a luta sindical e o trabalho que desenvolvemos, estava também, na ação de trabalhadoras domésticas refletirem sobre suas próprias vivências.<sup>11</sup>

Nesse sentido, a exposição, enfatizando a luta das trabalhadoras domésticas se localiza como defesa política e posicionalidade diante de ataques, que resultam também, na emergência da importância de estudos sobre o trabalho doméstico. Não só para denunciarmos as práticas de heranças da escravidão, mas também para enxergarmos a importância da luta pelos direitos constitucionais na vida dessas mulheres.

Nestas considerações finais, ressalto que o feminismo descolonial permitiu nesta pesquisa, entender que a temática do trabalho doméstico não pode ser compreendida se não nos determos a colonialidade de gênero<sup>12</sup>, que permanece na intersecção de gênero, classe e raça, como construtos centrais no sistema de poder colonial, atuando como continuidade de um processo que categoriza, com exercícios de poder uniformizastes, seja através do corpo, da lei e do trabalho (LUGONES, 2014).

O que não devemos nos esquecer é a resposta a partir da resistência através de práticas cotidianas dessas mulheres. Seguindo o pensamento de Maria Lugones (2014), a resistência não pode deixar ser evidenciada nas pesquisas que abordam questões de raça, gênero e classe. Teorizar sobre resistência me permitiu refletir não apenas sobre o posicionamento a partir de reflexões sobre militância, mas também em formas de praticar a descolonização, seja nas pesquisas feministas ou em narrativas sobre

---

<sup>11</sup> Discussão sobre trabalho doméstico, afetos e família, em: (ANEXO E).

<sup>12</sup> Em trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Epistemologias do Sul: Perspectivas Críticas. Foi apresentado resumo expandido e comunicação oral em GT.3 – Família como categoria epistemológica. Onde busquei discutir questões de gênero e colonialidade no trabalho doméstico: (ANEXO F).

opressão. A opressão não poderia e não teria espaço para ficar em um sentido paralisado, pois há formas de ação das trabalhadoras que buscam romper com esses sistemas complexos de opressão. Maria Lugones aponta que:

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva da libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva. A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade para que a relação opressão – resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno.” (LUGONES, 2014, p. 940).

Através das leituras de Maria Lugones, encontrei inspiração e identificação quanto à finalização desse processo. Meu anseio se manifestava em minha escrita e muitas vezes me questioneei, será que estou evidenciando de forma real os processos de enfrentamento as opressões? Agora, acredito que sim. Os feminismos e atuação militante me permitiram compreender políticas de resistência e apontar o agenciamento dessas mulheres.

Refletir sobre nossas lutas, reifica a devida importância que a nossa área desempenha, no que se refere às denúncias dessas práticas. O que se apresenta neste novo cenário de leis que prevê uma reforma trabalhista que intensifica ainda mais a precarização do trabalho doméstico. Logo que, os direitos serão cada vez mais flexibilizados pelos patrões/as, ou seja, a negociação direta entre empregador e empregado não será mais conforme CLT e sim prevalecerá o negociado sobre o legislado, enfraquecendo direitos como, por exemplo: 13º, Férias, Licença Maternidade.

Teorizar sobre resistência e demarcar posição política quanto à utilidade e importância das ciências humanas neste cenário atual do país em contrapartida aos desafios que enfrentamos, é mais do que necessário.



Figura 8. Ernestina, Diva e Maysa. Conferência Estadual de Políticas para Mulheres em Porto Alegre, 2015.



Figura. 9-10, Romaria da Terra, Pontão-RS, 2017.



Figura 11. Exposição Dia do Patrimônio. 2016.



Figura 12. Exposição Dia do Patrimônio, 2016.



Figura 13. Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, 27/03/2015.



Figura 14. Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres.



Figura 15. Atividade “Discutindo Trabalho Doméstico e Patrimônio” SECULT 15/09/2016.



Figura 16. Reunião com Sindicato, 2014.



Figura 17. Marcha das Mulheres, 2014-2015.



Figura 18. Comemoração, 28 anos do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, 22 de junho de 2017.

## REFEERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTUR, Karen. Sindicatos e justiça: mecanismos judiciais e exercício de direitos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 135-143, 2014.

BAHRI, Deepika. Feminims and/in Postcolonialism. LAZARUS, Neil (Ed.). **The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 199-220, 2004.

BRANDT, Maria Elisa. **Os conflitos entre empregadas e empregadores domésticos pela mediação do sindicato e da justiça do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico” (cap. 1). “A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico” (cap. 8). In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BONOW, Marta R. “A vida é um jogo para quem tem ancas”: uma Arqueologia Documental de Mulheres Escravas Domésticas em Pelotas/RS no século XIX. CAPES, **(Programa de Pós-Graduação em Antropologia) da Universidade Federal de Pelotas**, 2015.

CRUZ, Jamile Santos. O Trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade. **Anais do Seminário Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES**. V.1, n.1, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados**. Mulheres em movimento. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, n° 49, n° 03, 2003.

CARTILHA: **DURAS DIÁRIAS**, 2015. Disponível em:  
<<http://cut.org.br/acao/publicacoes-12concut-b42e/?f=f4a5e46ceb4ce7df887d640b770e3b96>: Acesso em: 14/06/2016.

CARTILHA: “**O QUE É JUSTIÇA COMUNITÁRIA**”. Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: [https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-comunitaria/arquivos/Cartilha\\_JusCom](https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-comunitaria/arquivos/Cartilha_JusCom) Acesso em: 14/06/2017

DELGADO, Marina Berenice Godinho. A organização das mulheres na central única dos trabalhadores: a comissão nacional sobre a mulher trabalhadora. **Dissertação de Mestrado, PUC - São Paulo**, 1996.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n.13, p.155-161, 2005.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.10, p. 58-78, 1999.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, p. 249-356, 1978.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) p. 07-41, 1995.

KOFES, Suely. Seguindo o conselho do poeta: "Repetir, repetir, até ficar diferente". **Ex æquo**, n.º 22, p. 95-109, 2010.

LATOURE, Bruno. **A ciência em ação**: como seguir engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LIMA, Roberto Kant, BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti, Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, vol.22, n.3, p.935-952, 2014.

MORI, Natalia; BERNARDINO-COSTA, Joaze; FLEISCHER, Soraya. Trabalho doméstico: desafios para a igualdade e valorização. MORI, Natalia et.al. (org). **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, p. 15-33, 2011.

MIRANDA, Andrea, Tourinho Pacheco. **A justiça comunitária e o papel da Defensoria Pública face á desjuridicização**: Reflexões sobre uma nova forma de se construir uma Justiça mais humana. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco. O antropólogo como perito: entre o indianismo e o indigenismo. In: L'ESTOILE, B. de; NEIBURG, F.; SIGAUD, L. **Antropologia, impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará;Faperj, p. 253-277, 2002.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Jogo, ritual e teatro**: um estudo antropológico do Tribunal do Júri. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SLAKMON, Catherine; Machado, Maíra Rocha; Bottini, Pierpaolo Cruz (Orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança. Brasília-DF:** Ministério da Justiça, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas:** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

## ANEXO A

### CEC – CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

#### NOVAS CONFIGURAÇÕES SOBRE AFETO NO TRABALHO DOMÉSTICO: SINDICATO, DESVINCULAÇÕES E REAPROXIMAÇÕES FAMILIARES

MAYSA LUANA SILVA<sup>1</sup>; MARTA BONOW RODRIGUES<sup>2</sup>; LOUISE PRADO  
ALFONSO<sup>3</sup>; FLÁVIA MARIA RIETH<sup>4</sup>

<sup>1</sup>*Departamento de Antropologia e Arqueologia/CH/UFPel – [maysaluana93@gmail.com](mailto:maysaluana93@gmail.com)*

<sup>2</sup>*Departamento de Antropologia e Arqueologia/CH/UFPel – [martabonow@gmail.com](mailto:martabonow@gmail.com)*

<sup>3</sup>*Departamento de Antropologia e Arqueologia/CH/UFPel – [louise\\_alfonso@yahoo.com.br](mailto:louise_alfonso@yahoo.com.br)*

<sup>4</sup>*Departamento de Antropologia e Arqueologia/CH/UFPel – [riethuf@uol.com.br](mailto:riethuf@uol.com.br) (orientadora)*

### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho propõe-se apresentar uma discussão das particularidades das relações que envolvem os patrões/as, (as) trabalhadoras domésticas e suas famílias de origem.

O estudo parte das etnografias de negociações e rescisões de contratos de trabalhadoras domésticas, intermediadas no âmbito do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. Foram realizadas entrevistas com trabalhadoras de terceira idade, que trabalharam em torno de 30 a 40 anos para uma só família, contatadas no acompanhamento dos processos de rescisão. Nossa proposta, aqui, é discutir, como se estabelecem as reaproximações com a família de origem da trabalhadora, em razão da impossibilidade desta mulher continuar trabalhando na casa da patroa por motivos de envelhecimento e/ou saúde. Concomitantemente ao tensionamento dos vínculos de trabalho e afeto entre patroas e trabalhadoras domésticas, estes momentos de rescisão do contrato de trabalho também podem significar reaproximações com a família das trabalhadoras, em razão de possíveis afastamentos que aconteceram, ao longo da vida, consequência de residir no trabalho, de “ser parte da família das patroas”.

As reaproximações entre a trabalhadora doméstica e sua família de origem foram temas que surgiram no momento das rescisões, em que alguns familiares das trabalhadoras participaram destas negociações. A história de vida destas mulheres para nós foi essencial para avançar no entendimento das questões de gênero, classe e raça entre trabalhadoras domésticas. Dessa forma, questionar o que circula através desses afetos no trabalho doméstico nos possibilita apresentar novas configurações sobre afetos e conflitos neste cenário.

A fundamentação teórica parte dos “novos estudos de parentesco”, discutidos pelo viés da relacionalidade (CARSTEN, 2004). A discussão deste trabalho tem o intuito de trazer a temática das relações entre trabalhadoras domésticas e patrões/as visando propor a atualização destes estudos: “Os estudos de parentesco, em geral, deixaram ocultos, muito menos se preocuparam em trazer questões do âmbito doméstico” (CARSTEN, 2004: 85).

Questões de afeto e desigualdades que permeiam o trabalho doméstico são problematizadas em BRITES (2000), que apresenta as ambiguidades das relações de afeto dentro do estabelecimento clientelista das relações de trabalho presentes na profissão. Questões que se evidenciam na experiência desta geração de trabalhadoras. Para discutir pontos que envolvem as transformações e desafios atuais da profissão, nos referenciamos em FERREIRA (2009), que insere sua abordagem sobre trabalho doméstico indicando as intersecções entre gênero, classe e raça. Conforme aponta a autora, as pesquisas sobre trabalho doméstico, mais especificamente na década de 70 e 80 estavam monopolizadas em modelos fechados que só buscavam confirmar as bases teóricas utilizadas, impossibilitando a compreensão real de muitos desafios atuais.

As etnografias apresentam-se como escrita teórica, por nos possibilitar a compreensão e significativas reflexões sobre os casos, pois nestes momentos de negociações, onde se descortinam as relações de poder no trabalho, observamos as particularidades em contexto.

## 2. METODOLOGIA

A inserção em campo iniciou a partir do Projeto de Implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFPel (MUARAN), através dos resultados das oficinas realizadas com as trabalhadoras domésticas. Essas oficinas deram origem a exposições itinerantes pela cidade de Pelotas com a temática do Trabalho Doméstico, Escravidão e Sindicato. Já a inserção sindical, no que diz respeito a esse trabalho, deu-se através do interesse em refletir sobre a militância e atuação das trabalhadoras junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

Foram realizadas etnografias das negociações de rescisões de contratos de trabalho entre domésticas e patrões (as), na qual eu acompanhei como “colaboradora” (estagiária) no Sindicato. Juntamente a essa ferramenta foram realizadas entrevistas com algumas empregadas domésticas da terceira idade, evidenciando uma experiência geracional. Busquei olhar para estes casos não só na perspectiva individual, já que nas entrevistas lidamos com o discurso, que pode ser limitador em muitos aspectos (FONSECA, 1999). Por isso, o acompanhamento das rescisões possibilitou outras perspectivas de análise, diante da observação do comportamento dos empregadores e empregadas - em alguns casos acompanhadas pelas famílias - no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Registro Etnográfico

**“O que a mãe disse pra ela foi: eu não tenho um palácio, mas tu podes juntar tuas coisas e vir morar com a gente.”  
(Isis, sobrinha da Dona Silma)**

Na análise dos dados, apresenta-se o caso de Dona Silma (63 anos, branca, trabalhadora doméstica por mais de 30 anos para a mesma família) e Tereza Esteves (89 anos, negra e sindicalizada).

A rescisão realizada no Sindicato é o cancelamento e pagamento dos valores que devem ser pagos pelos patrões (as) de acordo com os anos trabalhados, férias e etc. O caso de Dona Silma foi uma rescisão conflituosa, em que estavam em jogo relações explícitas de poder. O advogado da família insistia em dizer que elas tinham uma relação de afeto, que ninguém ali iria abrir processos judiciais e que o cerne daquela situação seria o ato de negociar. Enquanto isso as sobrinhas discutiam por não aprovar a mediação da Presidenta do Sindicato, Ernestina. Silma não conseguia se expressar.

**“Ernestina (Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas) exigia que a própria trabalhadora falasse *“Já que ela é assim, é essa mesmo que eu quero que fale hoje, aqui é lugar pra falar”*, continua Ernestina, *“Minha missão aqui é fazer trabalhador falar, não é de ser boazinha”*. A provocação estava centrada no fato de impulsionar a trabalhadora a falar. Mas os patrões não queriam sair de perto”. (Diário de campo)**

Silma trabalhou por mais de 30 anos para a determinada família. Passa por diversos problemas oftalmológicos, tem então que fazer uma cirurgia. Após a cirurgia, decide não mais trabalhar para a família, devido não só a falta de condições físicas, Silma também sentia muita tristeza. Existia o cansaço e quebra de laços afetivos desgastados com o tempo, como explica a própria trabalhadora, em entrevista. A patroa não aceita e realiza incansáveis ligações para a Silma voltar, ameaçando inclusive com o não pagamento do que deveria ser pago e a retirada da moradia concedida pela família.

**Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Porém, a dimensão desse processo que nos interessa é centrada especificamente num tipo de atividade ligada à esfera doméstica – o “trabalho reprodutivo”. Este trabalho é definido pela antropóloga Shellee Colen (1995:78) como o trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [*households*] e pessoas (da infância até a velhice)”. (BRITES, 2007: 94)**

Em outro contexto, tivemos uma conversa duradoura com Dona Silma. Em sua nova casa, onde mora com sua irmã e duas sobrinhas. Seu quarto agora é uma garagem escura, onde se encontravam os móveis velhos guardados. Junto a sua irmã, ela me conta como está sua nova fase de vida. Muitos desafios são temas de nossa conversa. Depressão relacionada à decepção com a família dos patrões e ao desgosto ao ter que finalizar os vínculos daquela forma. As únicas pessoas que Silma tem são as sobrinhas e a irmã, não teve filhos (as). As sobrinhas e a irmã falam sobre o distanciamento que tinham com Silma, pois em função do trabalho, mal conseguiam manter contato.

As relações de afeto entre patrões (as) e trabalhadoras domésticas não só perpassam vínculos que são constituídos entre estes, mas afetam também as relações com as famílias de origem. O trabalho doméstico inclui o cuidado com os filhos e outros membros das famílias dos patrões, podendo acarretar

uma separação com as famílias de origem das trabalhadoras. Os casos de Silma e Terezinha, que trabalharam em média de 30 a 40 anos em uma só casa, retratam esta situação.

Tereza Esteves, trabalhou desde a infância até a velhice na mesma casa e quando saiu teria direitos a serem pagos, devido a nova legislação. Diz não ter acionado estes direitos *“Por consideração a família”*. Encontra-se doente, com câncer e não tem a proximidade com a família de origem, também não teve filhos (as). Hoje quem a cuida são as duas trabalhadoras domésticas contratadas pela família da patroa, a qual ela reitera por diversas vezes que se incomoda muito quando é apresentada como “patroa”. Mora em um apartamento alugado pela filha da patroa já falecida, mora com as cuidadoras que são atualmente a sua família.

#### 4. CONCLUSÕES

Esta reflexão sobre afeto e trabalho em situações de negociação e rescisão de contrato de trabalho entre patrões e empregadas domésticas, centrada na experiência das trabalhadoras, tratou de evidenciar as ambiguidades destas relações como mecanismos de reprodução da desigualdade.

O reconhecimento do afeto estabelecido entre patrões e trabalhadoras domésticas não opera no sentido da trabalhadora abdicar dos seus direitos. Ou seja, quando as trabalhadoras acionam o Sindicato, não significa o rompimento deste afeto e quebra de laços com a família dos patrões, o que gera uma série de consequências drásticas na vida dessas mulheres. Neste momento, também o afastamento das famílias de origem e os processos de reaproximação estão dramatizados e se recompõem nas trajetórias de Silma, suas sobrinhas e irmã e de Terezinha e suas cuidadoras.

Assim, o Sindicato aparece aqui como o principal mediador destes conflitos, é o Sindicato que contribui para muitas resoluções, colaborando para uma grande parcela de trabalhadoras domésticas que chegam, muitas vezes para debruçar suas mágoas e descontentamento com o trabalho. A conclusão deste trabalho sugere a importância da atuação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, como suporte e ferramenta para o enfrentamento destes embates que são da ordem da política e dos afetos.

No cruzamento destas questões, temos a considerar que o Brasil, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) é o país com a maior organização sindical de trabalhadoras domésticas, sendo que essa luta protagonizada por sindicalistas trouxe para a categoria uma série de avanços e conquistas. A regulamentação do trabalho doméstico ainda não alcançou todos os âmbitos, por ser um trabalho que não tem fiscalização, por ser realizado na esfera privada, no íntimo das casas, muitas domésticas não têm acesso a estes avanços. E, nesta situação, descubram este novo cenário de direitos e as transformações da legislação quando procedem as rescisões dos contratos de trabalho no sindicato.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITES, Jurema. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. Campos, Revista Antropologia Social, v.3, p 65-82, 1983.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Cadernos Pagu, 2007.

CARSTEN, K. After Kinship. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

FERREIRA, Jorgetânia. GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E IDENTIDADES: O NECESSÁRIO DIÁLOGO. Revista Fato&Versões. n.2 V. 1, p 17-32, 2009.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, n.10, p.58-78, 1999.

## ANEXO B

### CEC – CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

#### QUANDO A RUA VIRA CASA: NOTAS DA EXPOSIÇÃO SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO NA CIDADE DE PELOTAS

MAYSA LUANA SILVA<sup>1</sup>; DAIANA OLIVEIRA FÉLIX<sup>2</sup>; ORIENTADORA: FLÁVIA  
RIETH<sup>3</sup>

1 Universidade Federal de Pelotas – [maysaluana93@gmail.com](mailto:maysaluana93@gmail.com)

2 Universidade Federal de Pelotas – [daiyanablack@live.com](mailto:daiyanablack@live.com)

3 Universidade Federal de Pelotas – [riethuf@uol.com.br](mailto:riethuf@uol.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar uma etnografia da exposição “O trabalho doméstico: entre o passado e o presente”, atividade de extensão desenvolvida junto ao projeto de implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia (MUARAN), em parceria com o GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos) e com o Sindicato dos (a) Trabalhadores(a) Domésticos(a) de Pelotas.

O Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel (MUARAN-UFPel) tem a missão de incentivar o interesse público, a sistematização e divulgação do patrimônio arqueológico, de suas interpretações e usos culturais, além de apoiar pesquisas arqueológicas, antropológicas e multidisciplinares que considerem sítios, registros e acervos móveis que testemunham a presença indígena e a escravidão, bem como suas consequências sociais na região de Pelotas.

A priorização de indígenas e negros teve duas motivações: em primeiro lugar, ambos não foram incluídos diretamente nas missões de outros museus locais e, em oposição, ambos são centrais nas pesquisas de arqueologia pré-colonial, etno-arqueologia, etnologia e arqueologia da escravidão desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UFPel. Neste sentido, esta atividade de extensão desenvolvida com o Sindicato dos (a) Trabalhadores (a) Domésticos(a) de Pelotas, objetivou refletir sobre o trabalho doméstico ontem e hoje. Discutir a persistência do legado escravista na cidade tendo em vista a desvalorização do trabalho doméstico e, apresentar a luta das empregadas domésticas por direitos e regularização profissional.

Dessa forma, a exposição além de propor a revisitação do passado para olhar o presente, pretende valorizar a importância da atuação sindical na busca de cidadania. A aproximação da Antropologia às ações junto ao Sindicato das Trabalhadoras(o) Domésticas(o) foi pensada a partir de alguns preceitos, sendo o primeiro relacionado ao papel de uma antropologia urbana, que segundo Gilberto Velho seria compreender os bairros, as “regiões morais”, as diferentes áreas da cidade por suas identidades, “não de modo estático, mas através dos trânsitos e das diferentes representações que geravam comunicação e também impasses com conflitos que poderiam colocar em questão a própria continuidade dos processos de interação social básicos (VELHO, 2011).

Pretendeu-se assim, identificar estes conflitos, representações e continuidades do trabalho doméstico no passado e no presente. Outro pressuposto foi pensar como as exposições e a etnografia destas podem favorecer discussões sobre o impacto da dimensão de uma intervenção antropológica. No caso das domésticas, entra na questão das próprias fronteiras segregarias criadas na cidade de Pelotas.

As atividades buscaram desconstruir o senso comum e propor pensarmos as diferenças, pois a ideia normatizadora sobre as diferenças, produz grande parte do distanciamento sobre o papel da doméstica na história. A importância da aproximação com o público e a coleta de opiniões divergentes foram consideradas partes do contexto de análise antropológica. Para GEERTZ (2001), uma antropologia muito temerosa de destruir a integridade e a criatividades culturais, nossas e de todos os outros, por se aproximar de outras pessoas, conversar com elas e procurar apreende-las em seu cotidiano e sua diferença, está fadada a morrer de uma inanição que não pode ser compensada por qualquer manipulação de conjuntos de dados objetivos. Assim, a importância desta intervenção está em provocar a discussão sobre segregação e impulsionar a valorização do trabalho de mulheres que lutam pelos seus direitos. Destacando a mobilização das domésticas hoje, que protagonizam a luta e assumem posicionamentos contra as formas de submissão e a favor de avanços de direitos trabalhistas, sobretudo a partir do engajamento político. As ações ainda buscaram contribuir com a atualização de estudos sobre o trabalho doméstico, que apontam para a importância de dar visibilidade a estas lutas e à temática, não apenas a um público mais amplo, mas também dentro das universidades, pois como aponta BRITES (2007), a preocupação com a reprodução das desigualdades e das estratégias de

sobrevivência, trazidas por essa teoria, poderá fazer com que o trabalho feminino tenha visibilidade acadêmica.

## **2. METODOLOGIA**

Na primeira fase do projeto, foram realizadas duas oficinas, uma para discutir os resultados da pesquisa e uma segunda para a elaboração participativa da exposição oficinas, na qual em uma delas se discutiu a pesquisa de Marta Bonow Rodrigues (2015), intitulada “A vida é um jogo para quem tem ancas: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX.” Como resultado foram elaborados 4 banners, com fotos e textos, fazendo um paralelo entre a experiência das trabalhadoras domésticas na atualidade e a representação das empregadas(o) domésticas(o) na história a partir de anúncios de empregos, em jornais de Pelotas, do final do século XIX.

Aqui, atenta-se para a articulação entre as atividades de pesquisa e extensão que confluem neste trabalho, desdobrando-se em dissertação de Mestrado e TCCs. Foram realizadas cinco exposições itinerantes organizadas por uma equipe composta de alunas bolsistas do MUIRAN, representantes do sindicato e professoras de antropologia da UFPEL. As duas primeiras aconteceram no saguão do ICH, outras duas no Mercado Público de Pelotas e a última no calçadão da rua Andrades Neves, junto ao Chafariz, no centro da cidade, no qual os locais foram escolhidos pelas trabalhadoras domésticas. Buscamos maximizar o acesso, escolhendo o espaço público da rua, como lugar para discutir o trabalho doméstico, considerando o encontro entre os diferentes pontos de vista.

A partir de uma visão antropológica, fez-se uso da observação participante nas exposições, em que buscávamos conversar com as pessoas sobre a proposta da atividade e sobre o trabalho doméstico em Pelotas.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nas duas exposições que ocorreram no saguão do Instituto de Ciências Humanas/UFPEL, ao colocar os banners as primeiras pessoas que se aproximaram foram as trabalhadoras domésticas do prédio. Kalléu, estudante de ciências sociais, que também visitou a exposição, falou sobre a importância de “quebrar os muros da universidade”, propiciar uma aproximação entre comunidade e universidade.

As exposições no Mercado Público foram realizadas junto ao mercado das pulgas, contando com um público variado, onde há o movimento de pessoas de todas as idades, gênero, classe social e etnia. Muitas domésticas, convidadas pelo sindicato, compareceram à exposição. Ernestina (presidenta do sindicato) por diversas vezes disse: “Olha, essa é nossa companheira também”, apresentando o projeto, explicando os banners para o público. A exposição acontece acrescida de um outro banner pertencente ao sindicato onde constava os seguintes dizeres: Trabalho Doméstico: Escravidão Moderna;

também junto à exposição foi montada uma banca do sindicato com os panfletos sobre a regulamentação do trabalho doméstico.

A exposição possibilitou a conexão com questões mais amplas em face à aprovação da lei de regulamentação do serviço doméstico. Mulheres que foram empregadas domésticas falavam: “Hoje tá bom, no meu tempo não tinha isso, nem se tinha direitos”. Dentre outras afirmações, uma senhora negra vem até nós e conta sua trajetória, foi doméstica desde os 11 anos de idade até obter sua aposentadoria, ou seja, a maior parte de sua vida, diz ela que ganhava 15 reais por dia para fazer faxina. “Hoje tá bom pra fazer faxina, no meu não era bom não”. Ela também diz que nunca se deu conta da condição opressiva do trabalho, hoje ela enxerga a importância das mobilizações a favor da regulamentação do trabalho doméstico, a partir de uma perspectiva positiva do quadro atual.

Eventualmente, ocorria desses trabalhadores/as nos contar parte de sua trajetória profissional como empregados/as. Sendo que outro caso interessante na primeira exposição no Mercado Público foi de um senhor que contou-nos várias passagens de sua vida e como ele enxergava a situação do trabalho doméstico no passado. Ele primeiro disse que foi jardineiro e cuidava também das funções de limpeza das casas de famílias que trabalhou em Pelotas. A sua visão sobre o trabalho doméstico foi apaziguadora, ele disse que os patrões sempre o trataram muito bem, e ele se sentia lisonjeado de poder trabalhar para eles, pois ele em sua condição de negro não poderia trabalhar de outra forma a não ser aquela “A gente não pode ver os patrões como gente que fazia o mau, precisamos entender o contexto que eles estavam, é o que eles tinham para oferecer para a gente”. Também nos disse que se sentia grato, pois não tinha vergonha da profissão.

Enquanto de outro lado, um senhor de 70 anos chegou com a ideia de que não existe mais trabalho doméstico: “Quase não existe mais, eu nunca vejo, as mulheres não querem mais trabalhar com isso não, a mulher tá dominando o mundo”. Outro senhor que se aproximou, cruzou os braços e disse “Bah, empregada doméstica tá em extinção”. Mostravam estranheza face à mobilização pela valorização do trabalho doméstico.

Na exposição realizada no Chafariz, próximo ao Café Aquarius, observamos reações de resistência desde o momento que colocamos os banners. Uma senhora passa, olha rapidamente e diz “Olha só, até sindicato pra isso tem”. Logo após um senhor dedica atenção aos banners, mas ao atentar-se ao tema, demonstra incômodo com a nossa intervenção. Nada fala. Uma outra senhora observa a exposição e ao ser abordada expõe muitas opiniões, “Elas são perigosas se tu ser boazinha”, depois diz “Isso de valorização é importante, mas de repente tu pede para elas ficarem mais um pouquinho do horário e dizem que não pode, como assim não pode? Tem que saber te por no teu lugar”. “Tu não concorda comigo?” O argumento que o trabalho doméstico como qualquer outro trabalho tem horário estabelecido causa estranheza e a senhora se despede com gesto desconcertante. Em outra ocasião, “Não existe escravidão hoje em dia”, diz um homem demonstrando irritação com a proposta do projeto.

#### 4. CONCLUSÕES

As exposições proporcionaram a manifestação de diferentes perspectivas sobre o trabalho doméstico que podem gerar conhecimentos atualizados, sobretudo sobre a atuação sindical, pois notamos que poucos sabiam da existência do Sindicato dos (a) Trabalhadores Doméstico(a)s em Pelotas. No Brasil há uma heterogeneidade da imagem sobre a empregada doméstica.

O fato é que em meio a as transformações da sociedade moderna, o serviço doméstico foi e ainda é retratado por diversas mídias de maneira estereotipada, quando a empregada não é aquela confiante da patroa, ela é retratada como aquela que faz fofocas, rouba ou assedia os patrões com roupas curtas de forma a não problematizar as relações de trabalho em seus direitos e deveres.

Nesse sentido, é a partir deste momento histórico que estamos vivendo que se dá a importância do estudo sobre o trabalho doméstico, não só para denunciarmos as práticas de heranças da escravidão, mas também para enxergarmos a importância do trabalho doméstico na vida dessas mulheres e de suas patroas, liberadas para o trabalho fora de casa em razão do trabalho doméstico realizado por outras mulheres. (BRITES, 2007)

Outra questão importante a considerar é a contribuição da área da Antropologia para a reflexão sobre políticas públicas. Em que o trabalho do antropólogo é o de realizar mediações entre, no caso, desiguais para que possamos juntos dialogar e mudar a realidade.

A rua nos possibilitou meios de acesso não formal e opiniões variadas sobre o assunto. E por mais que tenhamos presenciado tensões entre pontos de vista diversos, notamos que as exposições tiveram receptividade. Nosso diálogo com as pessoas que demonstraram interesse foi produtivo, notamos que o desempenho funcionou como ação educativa. Juntos nós podemos discutir a valorização do trabalho doméstico, a regulamentação do trabalho, a herança escravista e outros preconceitos. E, a possibilidade de êxito desta intervenção se colocou desde o começo com engajamento da Universidade, do Sindicato das trabalhadoras domésticas na discussão do trabalho doméstico ontem e hoje. Junto a isso, a nossa continuação do projeto e parceria.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITES, Jurema. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. Campos, Revista antropologia social, v.3, p 65-82, 2007.

BONOW, Marta R. "A vida é um jogo para quem tem ancas": uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. CAPES, (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) da Universidade Federal de Pelotas, 2015.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. MANA 17(1): 161-185, 2011.

GEERTZ, Clifford . “Anti anti-relativismo”. In: Nova luz sobre a antropologia. 134 PESQUISA-AÇÃO Promovendo a Prática à Ciência Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a, p. 47-67.

## **ANEXO C**

### **DAS DORES FÍSICAS AS SENTIMENTAIS: TRABALHO DOMÉSTICO E SAÚDE ENTRE CONFLITOS E DESVINCULAÇÕES FAMILIARES**

**Maysa Luana Silva**

**Universidade Federal de Pelotas**

#### **RESUMO**

Neste trabalho, proponho-me a apresentar uma análise acerca da relação entre saúde e trabalho doméstico. Partindo de algumas discussões trabalhadas na disciplina de Antropologia da Saúde, busco relacionar os estudos de Duarte (1988), sobre o espaço cultural dos nervos e nervosos entre classes trabalhadoras e urbanas, em Da vida Nervosa da Classe Trabalhadora e os estudos sobre representações relacionadas a condições de trabalho, processo de saúde e doença das empregadas domésticas, envolvendo recortes entre gênero e trabalho proposta de (TAMANINI, 2000). Dessa forma, pretendo fazer um breve levantamento desses estudos e correlacionar a discussão entre dados de campo, sobretudo ao caso de Dona Silma, trabalhadora doméstica, agora afastada por questões que envolvem a saúde, as quais perpassam durante o trabalho e depois se intensificam com o afastamento da trabalhadora.

#### **TRABALHO E SAÚDE**

Duarte (1988) realiza pesquisa em Jurujuba, em Niterói – RJ. Na qual parte da pretensão de estudar “identidade social” entre trabalhadores. Mas ao decorrer da pesquisa, o pesquisador nota questões referentes ao estudo do

nervo, que começam a ganhar mais espaço. Ele então se debruça nestes códigos fundamentados em “perturbações físico-morais”. No capítulo titulado O espaço cultural dos nervos e nervosos, em entrevistas/diálogos com trabalhadores encostados pelo INPS, nos apresenta o caso de Roberto, Otelo e D. Laura, que revelam suas agonias e problemas no trabalho ligados ao nervosismo que por decorrência afetam os nervos.

A partir do foco analítico e o que ele define como “linguagem do nervoso” e as categorias das perturbações, as quais são dores ou doenças que acometem o organismo. Dessa forma, são dadas representações à doença pelos interlocutores. Por isso, é esquematizado um espaço denominado semântico físico-moral para desenhar esses perfis, na qual se destacam três categorias importantes para todo o entendimento de seu estudo: crise de nervos, ataque de nervos e acesso de nervos. Dentre essas categorias, os interlocutores dialogavam sobre a compreensão do que são esses nervos, abrindo espaços para as subjetividades quanto as noções que são dadas. Arelados a códigos de urbanidade, além de discursos sobre o nervoso, são essas expressões que cruzam as análises psicológico-psiquiátricos. Além nos apresentar essas visões de mundo entre material e espiritual que constituem as associações com os nervos. O estudo de Duarte também nos possibilita olhar para camadas médias urbanas, sobretudo de contextos de trabalho fabril, industrial e proletariado.

Nestes casos estamos falando de trabalhos que são controlados dentro de formalidades normativas, próximas as noções de “economia da punição sobre os corpos” (FOCAULT,1987). Já quando falamos de trabalho doméstico, é importante ressaltar que se trata de um trabalho que se constitui através da informalidade, por muitas vezes não estar de acordo com o que exigido pelas leis de direitos trabalhistas.

Tamanini (2000) em pesquisa sobre O Processo de Saúde/Doença das Empregadas Domésticas: gênero, trabalho e sofrimento, desenvolve a discussão sobre o significado da doença dentro das representações relacionadas as condições de trabalho, evidenciando o quanto a carga de trabalho e desgaste se relaciona a perspectiva de gênero, já que estamos falando de um trabalho realizado em sua predominância por mulheres.

A pesquisadora apresenta-nos as implicações entre trabalho e saúde, partindo das concepções de Laurell e Noriega (1983) acerca dos desgates físicos e psíquicos causados pelo trabalho. Nesse sentido, o papel dos Sindicatos, Estado e Legislação, juntamente ao Sistema Previdenciário são recortes que fazem parte do diálogo com a questão da saúde. Além disso, discute-se a invisibilidade da empregada doméstica na vida cotidiana, como resíduos da vida pública, através de referenciais como (ZURUTA, BERCOVITCH, 1986).

*“Eu preciso que tu volte logo, eu não sei o que fazer mais para o almoço.”*  
*(Patroa da Dona Silma)*

Através do projeto “Trabalho Doméstico – Entre o Passado e o Presente” gerenciado através do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFPÊL – MUARAN. Tive o acesso ao Sindicato das Domésticas de Pelotas, acompanhando rescisões e negociações coletivas entre patrões (as) e trabalhadoras domésticas, para resoluções de conflitos, exigências de pagamento, também atuando como um espaço de justiça comunitária.

O caso de Dona Silma (65 anos, branca), foi uma busca para resoluções quanto a pagamentos após deixar o serviço, em meios a gritos e discussões acaloradas, o caso de Silma apresenta-se: Trabalhou por quase 35 anos para esta família, a qual se encontrava agora rompendo laços. Silma esteve durante os últimos anos com muitos problemas de saúde que estava terceirizando, dentro os mais incômodos, o problema nas vistas, ela então faz a cirurgia e negocia seu afastamento, depois da cirurgia decide romper o vínculo empregatício, a patroa não aceita, faz incansáveis ligações pedindo para Silma voltar, pois não estava dando conta das obrigações, da sujeira e ocupações domésticas da casa.

Como ressalta Tamanini (2000), existe um perigo que é dado a sujeira, pois a sujeira ofende a ordem do lar. Dessa forma a doméstica estaria eliminando a sujeira num esforço de organização deste ambiente, que não pertence a ela, A ambiguidade desta relação está no cotidiano, do qual, ao mesmo tempo em que pode existir perigo que é dado a sua presença nos espaços, também se estabelece a dependência a ela.

A patroa na rescisão chorava, dizia “Vai me deixar mesmo Silma? Você vai ter coragem de fazer isso?”. Silma, chora também, passa mal durante toda rescisão, mantém a cabeça baixa, ao redor de seus olhos estavam roxos, com marcas da cirurgia. Além da pressão patronal e sindical, para que ela falasse, as sobrinhas discutiam com o advogado da família, que insistia em dizer para dona Silma que elas mantinham relações de afeto. Silma em outro contexto, conversa comigo em sua casa e diz o quanto o trabalho havia desgastado com o tempo, não era só os olhos que a afetavam. As sobrinhas me contam sobre a depressão que havia acentuado, devido ao afastamento da família. Por mais que ela tivesse uma relação de anos com aquela família, já não poderia mais suportar as condições de trabalho que estavam estabelecidas.

A trabalhadora doméstica agora mora na garagem de sua irmã, pois devido ao rompimento do trabalho, perde o apartamento “concedido” pela família. *“O que a mãe disse pra ela foi: eu não tenho um palácio, mas tu podes juntar tuas coisas e vir morar com a gente.” (Isis, sobrinha da Dona Silma)*. As sobrinhas contam que ela agora passa o dia dormindo e calada, nitidamente a depressão tem se agravado.

Jurema Brites, em seu estudo titulado Afeto e Desigualdade: Gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores (2007). Expõe o caso de Edilene, na qual desenvolveu uma depressão após a família que ela trabalhava mudar de cidade, tudo em torno de uma problemática: serviço mal pago, compensado pela afetividade familiar. Portanto, vejo que o caso de Dona Silma não está tão distante de Edilene, as duas estão cercadas pela questão do clientelismo no trabalho doméstico, o qual desenvolve a estratificação social desse setor de trabalho, reproduzindo dessa forma as desigualdades, na qual o afeto não impede que a relação das famílias e das domésticas, seja hierárquica. O que nós vemos nestes casos, é que a postura afetiva das famílias acaba ou pesa quando se coloca em jogo os direitos trabalhistas. Sendo este afeto, se torna nada menos que um mecanismo dos patrões para persistirem na ideia de harmonia das relações.

Dentre as trabalhadoras domésticas que Tamanini (2000) pesquisa, muitas apresentam a doença, a incapacidade de trabalhar como “morte social”. Os dados etnográficos da autora levam a interpretação de que a saúde tem a ver com a capacidade de esconder sinais de dor física e moral, por isso a

autora trabalha com as mesmas categorias de Duarte, nos estudos sobre nervos, dentre seus dados de campos as trabalhadoras falam muito sobre os nervos, sendo assim ela trabalha com a ideia de cargas físicas e psíquicas, cargas químicas, biológicas e cargas mecânicas.

O sentimento de fraqueza seria o impedimento ao trabalho, por isso, muitas escondem sentimentos e sintomas que decorrem de cargas de trabalho, desgastes e exaustão do trabalho repetitivo. Muitas vezes devido a duplas jornadas, como a pesquisadora enfatiza e a divisão sexual do trabalho, acaba tendo de fazer em casa, o que já foi feito no trabalho, são destaques de maior parte das queixas de suas interlocutoras. Mas essas queixas muitas vezes não são expostas no âmbito do trabalho, pois servindo a família, ela precisa passar a imagem de sadia e disposta.

A saúde se associa a valorização pessoal, ao "estar de bem consigo mesma", a não ter problemas, sensações difíceis nas circunstâncias descritas, porque jamais relataram ter tudo e não sentir dor nenhuma. Às vezes ". Ser pessoa boa, dócil, virtuosa, alguém com quem todo mundo gosta de conversar, o que as impede de sentir culpa, responsável, em grande parte, pela doença. A culpa "fecha o corpo", trazendo dor, embotamento, tensão e cansaço, visão esta presente em muitos momentos das falas. (TAMANINI, 2000. p.11)



**... OS TANQUE,  
AS ROUPAS SUJA,  
A VIDA SEM AMACIANTE...**  
(MÃE – música: Emicida, 2016)

Na Cartilha Duras Diárias – A luta pela regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, por Roney Rodrigues e Victor Teixeira, ilustrativa acima (p.1-2). Apresentam-se os desafios relacionados ao trabalho doméstico, na cartilha é retratada a trajetória de luta de Alzira, dentre os quais os problemas discorrem em atravessamentos da saúde, o cansaço, o ônibus lotado, as dores e o trabalho esgotante e repetitivo. Essa cartilha é apresentada pelos Sindicatos das Domésticas para elucidar didaticamente os direitos que são mantidos e negados a classe das trabalhadoras.

O esgotamento profissional do trabalho doméstico foi uma questão que sempre esteve presente em meu âmbito familiar, o qual antes não notava, no sentido mais antropológico. Seguindo os preceitos da auto-etnografia e da ideia de afecção, da experiência como centralidade do campo etnográfico, a qual (FRAVRET, 2005) denomina como Antropologia Terapêutica; o sujeito de frente a si mesmo, dessa forma, não deixaria de incluir vivências familiares. Pois como aponta (VELHO, 1978) estar familiarizado não significa que conhecemos todos os pontos de vista envolvidos, não significa que conhecemos todas as regras. A noção de familiar pode atravessar muitas fronteiras, o familiar que estamos habituados, sendo o familiar nem sempre é conhecido por totalidade.



#### Diário de campo – Projeto Domésticas

A ideia de afecção em campo não me veio com o entendimento do estudo da Favre Saada. Entendi o que era afecção hoje, pois meu campo parece atravessar sobre mim sempre quando estou de férias com minha mãe.

Hoje mexendo em bagunças, encontrei um desenho, analisando, já imaginei que as meninas teriam feito. No desenho, minha mãe dormindo, ao lado um balão, na qual incita que ela estaria sonhando com comidas.

Desde quando minha mãe trabalhava para Alessandra, nos dias da semana, lembro sempre de ver ela exausta ao chegar, quando sentava para ver TV conosco, dormia.

Hoje penso, como será que ela relaciona tudo isso? Minha mãe não trabalha mais formalmente para Alessandra, pois hoje atua como assistente social. Mas ainda vai aos finais de semana.

E claro, quando ela vai, volta muito cansada.

Penso em todos esses atravessamentos. Ao mesmo tempo.

As meninas, as quais eu indico, são as que Terezinha Luiza (mãe) cuidou, por quase 10 anos, como babá – trabalhadora doméstica. Dessa forma, a representação do cansaço foi desenhada por uma das meninas. Enxergo a relevância destes dados de campo, para relacionar as trajetórias. Dona Silma, acaba sua rescisão recebendo 800 reais. Incomparável ao que deveria receber, já que nunca teve férias (pois antes morava na casa dos patrões), irregularidade nos pagamentos, sem assinatura na carteira de trabalho, além das fortes ameaças da patroa e perseguição através de ligações. Somando-se o fato da depressão. Em nossa conversa, ela diz que é um trabalho “*muito sofrido*”, diz o quanto esses conflitos com a família a deixaram frustrada, Silma não imaginava que as coisas acabariam daquela forma. Já minha mãe, agora desempenha a função de assistente social, ainda mantém vínculo “empregatício” nos finais de semana, quando está precisando, mas por muitas vezes a ouvi queixar-se que “*não dá mais pra mim isso, é muito desgastante*”.

## REFLEXÕES FINAIS

É importante evidenciar, que na maior parte dos rompimentos de vínculos empregatícios aos quais acompanhei no Sindicato, são

atravessamentos e impedimentos relacionados as questões de saúde. Mas, por efeito da informalidade que circula no trabalho doméstico, muitos problemas são mantidos sem que saibamos de que forma ocorre. É com o rompimento dessas relações e ida ao Sindicato que as trabalhadoras também notam dificuldades quanto o acesso aos direitos, sobretudo No diálogo com o sistema jurídico (BRANDT, 1998), que não se adequa a essas especificidades relacionadas à saúde, provocando mais obstáculos no exercer desta profissão.

Portando, busquei discutir nesta breve pesquisa perspectivas sobre o trabalho doméstico a partir de referenciais que estão centrados no campo das representações, quando pensamos em representações, estamos nos voltando a análises em torno da experiência da pessoa individuo intersubjetivo. Quando Duarte (1988) relaciona as representações dadas aos (tremeliques – zumbidos – pressão) nos ajuda a pensar em outros níveis e expressões dessas perturbações. Diferentemente do grupo que Tamanini (2000) pesquisa, as representações se voltam aos sentimentos e sintomas, explicando o porquê essas trabalhadoras valorizam a saúde e esconde quadros de fraqueza, de encontro ao sentido do que é esperado pelos patrões visualizarem no serviço.

Mas devemos ponderar, para não enquadrar essas relações como homogêneas, pois no caso da trabalhadora Silma, tem-se como atitude deixar claro sobre sua condição de saúde, mostrando que já estava incapaz de manter aquele emprego, e não só pela questão da saúde, mas todos os desafios que circulavam no decorrer dos anos com o trabalho e a depressão desenvolvida. Finalizo então com a ponderação de Foucault, do corpo como alvo de poder, “os espaços disciplinares são fundos da solidão, do corpo e da alma” (FOUCAULT, 1987) como enfatiza o autor, reiterando a questão da aptidão do trabalho, que se estabelece no corpo, o elo coercitivo de aptidões que aumentam e conseqüentemente, dominações que se acentuam.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DUARTE, L. Fernando de. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras Urbanas. Rio de Janeiro : Zahar, 1988.

TAMANINI, Marlene. O processo de saúde e doença das empregadas domésticas: gênero, trabalho e sofrimento. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis Edição Esp. Temática*, p. 49-69, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRITES, J. *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. *Cadernos Pagu*, 29, 91-109, 2007.

BRANDT, M. E. A. Os Conflitos entre empregadas e empregadores domésticos pela mediação do sindicato e da justiça do trabalho. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UNICAMP, Campinas, (1998).

## ANEXO D



### RELATÓRIO EXPOSIÇÃO DIA DO PATRIMÔNIO – TRABALHO DOMÉSTICO NA ATUALIDADE, DIREITOS E CUIDADOS – OUTRAS VOZES

Maysa Luana Silva (ANTROPOLOGIA 6º SEMESTRE)

Dia: SEXTA - 19/08/2016

Presentes na monitoria: Miriam, Patrícia, Simone, Marta e Maysa

“QUEM AQUI CONHECE ALGUMA TRABALHADORA DOMÉSTICA?”

No dia 19 de agosto, a exposição começa com a presença de escolas da cidade de Pelotas. Alunas e alunos do ensino primário, fundamental e ensino médio. Também contamos com a presença do Quilombo Alto do Caixão, ao

qual Ernestina (presidenta do Sindicato das Domésticas) encontrou muitos familiares, dentre outras instituições, como o Centro de Convivência Erundina.

As escolas do primeiro dia foram: Instituto Educacional Assis Brasil, de alunos do ensino fundamental, Escola Independência e Nossa Senhora do Carmo.

A monitoria com as escolas foram assumidas primeiramente por Miriam, onde didaticamente interagiu com as crianças. Primeiramente ela contava um pouco de sua trajetória de vida, depois se referia ao casarão da esquina, “Olha, eu fui doméstica, minha família toda trabalhou naquele casarão ali ó”. Os alunos, depois desse momento, ficavam mais interessados na exposição. Dentre algumas alunas entre 6 a 8 anos, uma delas falou “Quem construiu esses casarões foram os africanos”.



(Casarão esquina, ao qual Miriam Fernandes e sua família trabalharam).

Durante as monitorias das exposições, notamos que perguntar para as alunas e alunos se eles conheciam trabalhadoras domésticas, e o que elas representavam para eles e elas, seria uma estratégia importante para que também falassem nas exposições. Quando perguntávamos, alguns falavam; “minha mãe”, “minha tia”, “a vizinha”. Algumas representações que essas domésticas tinham em suas vidas partiam da noção afetiva, “Ah, eu a tive com muito carinho, com afeto” disse uma das professoras. Então apresentávamos as falas das trabalhadoras domésticas sobre a noção afetiva que circula no trabalho doméstico.

Desde o início da exposição, noto que a Simone está se emocionando ao ver a Miriam, sua mãe falar. Simone enche os olhos de lágrimas, me aproximo dela e dou-lhe um abraço. “Eu não aguento gurria, tu sabe como eu sou com essas coisas”, diz ela. Naquele início de exposição estavam muitas questões familiares envolvidas, Simone, Patrícia e Miriam estavam juntas, mãe e filhas, falando sobre suas trajetórias de vida e a relação das três com o trabalho doméstico na família. O que comungávamos juntas na exposição, era a experiência em comum, das mães como trabalhadoras domésticas.

Dia: SÁBADO 20/08/2016

Presença na monitoria: Maysa, Marta, Daiana, Flávia, Simone e Miriam

No início da exposição, a presença foi da Escola Estadual de Ensino Médio Santa Rita 1º 2º 3º ano ensino médio. As alunas e alunos eram jovens e adolescentes, quando fazíamos perguntas muitos não respondiam, mas prestavam a atenção.

Nossa exposição acontecia muito próxima da entrada, mais para trás, a exposição que estava ocorrendo era do Conselho das Mulheres de Pelotas, a qual abordava a temática de violência doméstica. No caminho do corredor, as pessoas passavam pelo banner de nossa exposição.

A foto de uma mulher negra com uma criança branca nas costas chamava a atenção da maioria que passava, a qual instigava a entrada na exposição. Caso a pessoa não entrasse na exposição sobre trabalho doméstico e seguisse mais a diante, encontraria uma boneca caída no chão, em seu rosto sangue. Ao lado, um buquê de flores jogado. A seguir, a sala da casa, onde estava o cenário da violência, coisas quebradas no chão, um chimarrão preparado.

As alunas e alunos do colégio voltavam da exposição com papéis no estilo de adesivos escrito “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO”. Na hora de tirar as fotos, um deles levantou bem alto o papel. Miriam me chama na janela e diz: “Olha lá, aquele menino negro levantando com vontade o papel pra mostrar na foto, bota isso no teu relatório gurria, olha como esse espaço é importante pra eles”.

Naquele momento, notei que a nossa exposição tinha vinculação e relacionalidade com a exposição sobre violência doméstica, ambas falavam sobre mulheres. Sendo que estavam sendo conduzidas por mulheres, que falavam sobre mulheres. Além disso, observamos a necessidade da proximidade da universidade com as escolas de Pelotas, para que os diálogos fossem frutíferos e válidos para os processos de conhecimento das alunas e

dos alunos, conhecendo mais sobre o trabalho doméstico dentre os polos de precariedade e resistência pela luta sindical.

Em outro momento surge três mulheres, aparentemente de classe média alta. Enquanto eu apresentava para elas a exposição, uma das senhoras abre um diálogo longo sobre sua filha, que está na Austrália trabalhando como “higienizadora de espaço”, continua enfatizando a forma como é colocada a função e valorização do trabalho doméstico na Austrália “Lá é diferente”, em várias colocações ela afirmava a diferença em respeito aos tipos de valorização, no Brasil, segunda ela, este trabalho não seria valorizado.

Quando falávamos sobre questões que envolviam afeto, ela diz “Essa coisa de falar que é da família, eu falava para as minhas que não, vocês têm a família de vocês e eu tenho a minha, cada um com a sua família, pelo amor de Deus”. Miriam concorda com ela, e diz que como ex-trabalhadora doméstica, preferia que essa relação de noções de família fosse mais praticadas dessa forma, com sinceridade e sem romantizações da profissão.

### **“O DIA FOI DAS PATROAS”**

Quando olho para a porta, sinto um flash forte de câmeras vindo ao meu rosto. O sujeito que estava tirando fotos sem parar trabalhava para a equipe da campanha de Miriam Marrone, candidata a prefeitura da cidade de Pelotas.

Em sua chegada, Miriam começa a fazer a monitoria da exposição, quando estavam no segundo banner, a própria corta a fala da Miriam e diz “Mulher, e como nós vamos fazer nessa campanha para trazer as domésticas?” Miriam conversa com ela com muita empolgação, e diz que a categoria de trabalhadoras ainda estão mal articuladas em sua militância.

Miriam Marrone chega a mim e diz: “Hoje estávamos em plenária discutindo a situação das trabalhadoras domésticas, olha gurias, eu acho que tinha que ter uma certificação para elas trabalharem, pensa, se minha empregada não faz o arroz que eu não gosto, como que fica? Seria melhor elas fazerem um curso para aprender a fazer as coisas certinhas e ainda com diploma”.

Eu estava muito incomodada com a forma que ela formulava sua ideia, conseguia compreender, mas discordava. Sendo assim, ela pede a minha opinião, exponho que teria que ter cuidado ao impor a exigência para uma trabalhadora doméstica a certificação para trabalhar, pois muitas estavam fazendo o contrário, se formando como advogadas, administradoras, assistentes sociais, etc. E que isso não significava desvalorizar a trabalhadora doméstica, e sim buscar outras vias de atuação profissional, como algo opcional.

Nos congressos que acompanhei o Sindicato das domésticas, sempre foi apresentado um cenário de possibilidades e processos de saída do campo clientelista para a inserção de trabalhadoras domésticas dentro de outras escolhas profissionais, não como negação da profissão, no facebook, surgiu a campanha de uma trabalhadora doméstica que se tornou médica, com o lema “A CASA GRANDE SURTA QUANDO A SENZALA VIRA MÉDICA” . Diversas mulheres que eram trabalhadoras domésticas deixaram de ser, para irem a busca de profissões de melhor remuneração, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) tem sido um dos mecanismos utilizados pelas trabalhadoras domésticas para a inserção em cursos superiores, e dessa forma o ingresso em trabalhos fora do âmbito doméstico.

“A minha mãe trabalha a 50 anos, ela sabe de tudo de tarefas domésticas, não tem mais nada pra apreender”, diz Daiana. Compartilho da mesma ideia que Daiana, e naquele momento sentia um orgulho enorme de tê-la comigo naquele debate, pois já estava me sentindo cansada daquela discussão. Confesso que a ideia de antropólogo (a), como sujeito de mediação nos deixa muito apaziguadora e em posições até mesmo confortáveis. Por isso, a manifestação nos encoraja a apresentar as desigualdades que não são evidenciadas, e que precisam ser quando debatemos questões referentes a profissionalização.

Dessa forma, digo “Pois é, minha mãe também, trabalhou como babá/doméstica por muitíssimo tempo, e nunca precisou fazer curso nenhum para isso, até porque ela cresceu com 11 irmãos e cuidava da casa para minha vó trabalhar, além de ter a primeira filha com 18 anos”. A discussão continua, até que ela então começa a cortar nossas falas, claramente se estressa e sai. Daiana e eu, ríamos, pois nós víamos sua reação como equivocada para uma temática de tamanha importância, em um momento em que se está em jogo a própria candidatura e compromisso com as classes populares.

Em outro momento, exponho a situação para Ernestina, imagino que sua reação possa ser adversa a nossa opinião, pois ela participa da campanha para eleger a candidata. Mas não, ela ri, e depois fala de uma de suas companheiras que trabalhou na casa dos Marrone, diz ela que a mulher era o “capeta”, e quem tratava a trabalhadora com toda gentileza era o Marrone. Ernestina situa as diferenças entre os dois como patrões (as). Terezinha (Trabalhadora doméstica/Tesoureira do Sindicato), também concorda, mas acentua o fato de que muitas trabalhadoras realmente não sabem fazer as tarefas domésticas e que precisavam aprender.

21/08/2016 – DOMINGO

**“... NÃO SÃO SÓ AS DOMÉSTICAS QUE SOFREM COM ESSES PROBLEMAS DE CARTERA ASSINADA, OUTRAS CATEGORIAS TAMBÉM SOFREM... ”.**

Nas duas portas, colamos pôsters que apresentavam os direitos conquistados pelas trabalhadoras domésticas através da PEC das domésticas. O pôster fazia parte da cartilha “DURAS DIÁRIAS”, ao qual apresenta didaticamente estes direitos, fugindo dos jargões inacessíveis do sistema jurídico. Sendo assim, muitas pessoas se dedicavam só aquele pôster e pediam para levar para casa, mas não tínhamos impressos. A presença do pôster foi extremamente importante pois conseguíamos dialogar sobre a PEC das domésticas.

Um jovem sozinho que estava olhando a exposição disse “ Nossa, tudo isso de direitos? ”. Explico que sim, mas também que na realidade muitos estavam a critério dos patrões (as), assinar a carteira, dentre muitos desafios da lógica contratual. Segundo dados da cartilha, no Brasil 7,2 milhões de pessoas exercem o trabalho doméstico, mas apenas 30% delas possuem a carteira assinada.



Muitas trabalhadoras domésticas chegam na exposição, Dona Eva, Geneci e outras companheiras do movimento negro pelotense, afinidades de Ernestina. No domingo, noto que a monitoria estava mais assumida pela Ernestina. Ela se empolga a cada conhecido que chegava, começava sempre com o banner do Sindicato, fala das lutas, apresentando o nome de cada companheira que está nas fotos e também faz questão de mostrar a importância da atuação sindical na cidade de Pelotas. Dessa forma, nós percebíamos que Ernestina tinha mais facilidade para fazer a monitoria, por ser uma das principais protagonistas do Sindicato e da militância política.

Em outros momentos, sentimos que no domingo muitas pessoas entravam na exposição, apenas para conhecer a casa, e a história da família que morava. Sendo assim, muitas pessoas se afastavam da exposição. “Quem morava aqui?” “Qual o nome da família que morava aqui?”.

Por um período de 2 horas, eu e Simone ficamos sozinhas na exposição, sem muito movimento. Conversamos sobre muitos atravessamentos do trabalho doméstico. Além disso, foi a primeira vez que eu e Simone abrimos nossas trajetórias de vida, ela conta desde quando se torna trabalhadora doméstica até a morte de seu marido. A conversa foi intercalada a trajetória de minha mãe, muitos aspectos que Simone me contava eu comparava a minha mãe dentre muitas interseccionalidades; a super proteção dos irmãos e o machismo, as dificuldades ao engravidar muito cedo, o afastamento da família, a pobreza, a violência e o trabalho doméstico e operário como opções para a tentativa de sair de casa.

Juntas, nos emocionamos compartilhando essas histórias, falo também sobre a migração das mulheres de minha família, no Nordeste para Sudeste, São Paulo, e como o trabalho doméstico foi uma das primeiras opções na chegada delas, juntamente a presença do machismo em suas vidas, violência doméstica e resistência. Nesse sentido, enxergávamos a importância do projeto nestes resgates que certamente tínhamos proximidades.

“ Eu não falei pra ele que ia embora, o pai dormiu e eu tirei todas as minhas coisas em silêncio, fui embora. Quando ele soube, disse que eu ia voltar. Nunca mais voltei.”

(Simone)

“Com uma arma em sua cabeça, o tio ameaça a morte dela: - Você não vai embora com esse vagabundo e se for vai voltar pedindo arrego. Ela foi. E nunca mais voltou.”

(Sobre Mãe - Maysa)

Chimarrão na roda, quase ao final da exposição, Ernestina e Terezinha se juntam a nós, fechamos um roda. Ernestina e Terezinha lembram do tempo que participavam das CEB’S, Ernestina canta uma das músicas daquele tempo, nós ríamos. Falam também sobre a criação dos filhos juntos, a trajetória da amizade e relacionamentos amorosos.

*“Nossa gente é tudo assim, solteira, viúva, sem marido” (Terezinha)*

Terezinha e Ernestina comentavam sobre algumas companheiras de luta, falavam sobre raça nas entrelinhas e os tipos de relacionamento que já tinham vivenciado. (Deixo em off algumas partes da conversa, pois além de ter apelos sexuais, mesmo que engraçadíssimos, não pedi nenhum tipo de autorização para expor).

Quando Terezinha está indo embora, elogia o macacão que ela estava usando, ela então conta que ganhou da filha da patroa que usava para esquiar, “Nos lugar que tem gelo, em outro país, para esquiar, eu tenho isso aqui a anos guria”.

Terezinha vai embora. Artigo o encontro com a relacionalidade que Brites (2007) apresenta sobre o trabalho doméstico no Brasil dentro de uma ampla heterogeneidade dessas relações, sobretudo, a autora nota que no Espírito Santo há uma grande valorização nas relações em que não existe “mesquinha” dos patrões e patroas, ou seja, roupas, comida e outras ofertas favoráveis para essas domésticas, sendo um dos fatores que estabelecem boas relações com os patrões. O ambiente do trabalho doméstico possibilita vantagens que se concentram na raiz do clientelismo, sendo que essa proximidade pessoal com os patrões e patroas geram negociações que não são encontrados em outros setores. Mesmo que possam ser também mecanismos de aproveitamento.

A exposição então chega ao fim, retiramos os banners, Ernestina agradece e pede desculpas por não ter ajudado mais. Nós agradecemos e falamos que sua presença na exposição já era suficiente para nós.

A importância da exposição deste ano, além de ser uma continuidade do diálogo com a população pelotense sobre o trabalho doméstico, advinda do ano passado. Reconhecemos também que no atual contexto político que nós vivenciamos. Todas as conquistas das trabalhadoras domésticas através dos Sindicatos, Movimentos Sociais de Feministas Negras, dentre todos os benefícios resultantes da PEC das domésticas, aprovada pela presidenta Dilma em 2015, a lei de regulamentação do trabalho doméstico.

Ou seja, todos estes avanços podem ser perdidos, estando em risco todos os direitos trabalhistas conquistados. A exposição, enfatizando a luta das trabalhadoras domésticas se localiza como defesa política e posicionalidade diante de ataques, que resultam também, na emergência da importância de estudos sobre o trabalho doméstico, não só para denunciarmos as práticas de heranças da escravidão, mas também para enxergarmos a importância da luta pelos direitos constitucionais na vida dessas mulheres.

Dito isso, notamos a devida importância que a nossa área desempenha denunciando as problemáticas sociais que apresentam na exposição, e a intervenção da antropologia desencadeando novas práticas e discursos que evidenciem a importância das ciências humanas neste cenário atual do país.

## ANEXO E

## A questão do afeto entre as trabalhadoras domésticas: vínculos e desvinculações

Maysa Luana Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal de Pelotas

O objetivo central deste artigo é apresentar na disciplina de Antropologia da Família e Parentesco a análise e as particularidades das relações que envolvem afeto entre patrões (as) e empregadas domésticas, separadamente entre diaristas e empregadas fixas. O artigo parte das etnografias das negociações entre patrões (as) e empregadas domésticas. Além das entrevistas realizadas com trabalhadoras mais velhas (aposentadas) e as mais novas na profissão, junto a etnografia das negociações acompanhadas no Sindicato das Trabalhadoras (es) Domésticas(os) de Pelotas que também envolvem o afeto. A discussão sobre reaproximações familiares e afastamento das famílias de origem são discussões para a continuidade desta pesquisa. Sendo que me proponho a trazer a história de vida destas trabalhadoras para avançar em questões de gênero, classe e cor entre trabalhadoras domésticas. Sendo que, questionar o afeto e seus mecanismos de poder na profissão podem também contribuir no entendimento da unidade de “família” que estas mulheres criam para atender as demandas da atuação sindical.

**Palavras chave:** domésticas, afeto, negociações, sindicato e família.

### ABSTRACT

The main objective of this paper is to present the anthropology discipline of Family and Kinship to analyze and characteristics of relationships that involve affection between employers (as) and maids separately between day laborers and still employed. Article of the ethnographies of negotiations between employers (as) and maids. In addition to interviews with older workers (retired) and the newest in the profession, with the ethnography of the negotiations together with the Union of Workers (s) Housewares (the) pellets that also involve affection. The discussion of family rapprochements and removal of the original families are arguments for continuing this research. Since I propose to bring the life story of these workers to advance issues of gender, class and color among domestic workers. And, question the affection and his power mechanism in the profession can also contribute to the understanding of the unity of "family" these women create to meet the demands of political activity.

**Keywords:** domestic, affection, negotiations, union and family

## **Controle corporal e sentimental – Das dores física a emocionais**

*“Eu preciso que tu volte logo, eu não sei o que fazer mais para o almoço.” (Patroa da Dona Silma)*

O objetivo desse artigo é apresentar na disciplina de Antropologia da Família e Parentesco a análise e as particularidades das relações que envolvem entre patrões(as) e as empregadas domésticas. Minha inserção no campo se deu nesse primeiro caso. Essa foi a minha primeira experiência etnográfica oficial no sindicato. O grupo estudado foi dividido para melhor compreender os objetivos do estudo entre diaristas, ou seja, mulheres que trabalham sem relação formal de trabalho, e empregadas fixas, ou seja, mulheres que possuem a formalidade empregatícia.

A inserção em campo iniciou a partir do projeto de implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia, através dos resultados das oficinas realizadas com as empregadas domésticas que deram origem as exposições itinerantes pela cidade de Pelotas. Mas a inserção oficial, no que diz respeito a esse artigo, se deu a partir no contato com o Sindicato das Trabalhadoras (es) Domésticas(os).

A ida para entregar a Ernestina o meu trabalho que seria apresentado no CEC – Semana Integrada. Logo quando cheguei, observei que o clima já estava um pouco conflituoso. Discussões e gritos estavam sendo direcionados de uns para outros. Os ânimos exaltados. Enquanto isso, me detive a observar a postura do casal de senhores na porta em silêncio, de braços cruzados. Ernestina pede para que eu sente ali.

A mulher (sobrinha de Silma) dizia “Isso é um absurdo”. O advogado a ignorava e tentava conversar com dona Silma, puxando lembranças que Silma não lembrava, ou preferia esquecer naquele momento. Ele dizia *“Eu era namorado da Leticia, lembra? Nós jogávamos snooker com os meninos lá em cima. Olha, eu estou aqui mais como amigo do que como advogado, eu quero só explicar pra senhora o que eles vão te pagar.”*

Dona Silma apenas balança a cabeça concordando. Sempre de maneira passiva, ela olha, aceita e abaixa a cabeça.

Ernestina, presidenta do Sindicato das Domésticas, neste momento está discutindo com a sobrinha de dona Silma, a confusão aconteceu porque Ernestina queria que Dona Silma falasse, explicasse toda a história. A sobrinha insistia em justificar *“Ela não sabe ler nem escrever, qual a diferença se eu falar por ela?”*.

Ernestina exigia que a própria doméstica falasse *“Já que ela é assim, é essa mesmo que eu quero que fale hoje, aqui é lugar pra falar”*, continua Ernestina, *“Minha missão aqui é fazer trabalhador falar, não é de ser boazinha”*. A provocação estava centrada no fato de impulsionar a trabalhadora a falar. Mas os patrões não queriam sair de perto.

O caso de dona Silma: Silma trabalhou por 30 anos na casa desta família. Passando por diversos problemas oftalmológicos. Tem então que passar um por cirurgia. Após a cirurgia, decide não mais trabalhar para a família, devido não só a falta de condições físicas, mas todas as dores sentimentais, a depressão, o cansaço e quebra de laços afetivos desgastados com o tempo.

Dona Silma vem sentar ao meu lado, diante de toda pressão que estavam colocando ali para que ela falasse, sobrinhas e Ernestina diziam ao mesmo tempo: *“Você recebeu férias?” “Cadê os recibos?” “A senhora está passando bem?”*

Ela então coloca a mão na cabeça e começa a derramar lágrimas, naquele momento eu segurava o choro, pois via que aquela mulher estava precisando gritar, mas silenciou diante da presença absurdamente autoritária dos patrões ao seu redor, sobretudo a ex-patroa, que se negava a sair da sala do sindicato. Senti meu coração acelerar e uma vontade enorme de interferir naquela situação, mas ali eu não podia. A condição de ser uma “pesquisadora” naquele momento era o que eu menos queria, na verdade eu achei que estava em uma posição muito confortável, vendo apenas o fogo crescer e eu sem ferramentas para apaga-lo.

Dona Silma conta que neste período que as tensões e quebra de laços acontece. A patroa não aceita o fato de ela querer sair do emprego. Dona Silma e as sobrinhas me contam que a patroa fazia ligações ameaçando Dona

Silma a voltar a trabalhar, pelo fato de morar em um apartamento pago pela família. A ameaça era da retirada da moradia.

No sindicato, o advogado insiste em dizer *“Isso aqui ninguém tá colocando ninguém na justiça tá, eu vim aqui pra compor da melhor forma, de acordo com a relação de tanto tempo que ela tem com a família, por isso eu vim mais como amigo do que como advogado.”*

Ele insistia no fato de ser amigo, e explica o que Dona Silma deve receber. Detalhe: Em 30 anos trabalhando, a patroa nunca deu um recibo de pagamento, o que prejudica ainda mais a negociação.

- Dona Silma nunca teve férias oficiais.
- Irregularidade nos pagamentos.
- Sem assinatura na carteira de trabalho.
- Fortes ameaças da patroa e perseguição através de ligações.
- Incoerência: Família composta por muitos advogados.

Observação: Noto que a mudança das leis, não atinge como deveriam as empregadas que trabalham a longos períodos em uma família. Elas somente notam isso quando vão romper o vínculo com o trabalho.

Na conversa com dona Silma, fora desse contexto, ela me diz que não sentiu nada disso de mudança e persistência das leis, mostra todo descontentamento diante das leis e atuação sindical. Para ela, as coisas deveriam atuar de maneira diferente.

“É impossível afirmar que essas mudanças foram profundas e possibilitaram, por um lado, a busca da construção de novos caminhos para as mulheres, novas possibilidades e por outro lado, também representam novas dificuldades, desafios, enfrentamentos e inseguranças.” (FERREIRA, 2008) – [Gênero, trabalho doméstico e Identidades: O necessário diálogo]

Ernestina pede para todas e todos se retirarem, inclusive as sobrinhas, pois entendia que se estava com uma senhora de 63 anos, que poderia facilmente desmaiar ali. A patroa não queria sair do ressurto. Ernestina pede diversas vezes para ficar sozinha com a doméstica, mas sem sucesso, pede então para Dona Silma ir até um lugar calmo com ela.

Resultado: Silma recebe uma rescisão de 800 reais. Incomparável ao que deveria receber. Ernestina e as sobrinhas pedem para ela não assinar, Dona Silma assina.

## Afastamento e Reaproximações

*“O que a mãe disse pra ela foi: eu não tenho um palácio, mas tu podes juntar tuas coisas e vir morar com a gente.” (Isis, sobrinha da Dona Silma)*

Em outro contexto, tive uma conversa duradoura com Dona Silma. Em sua nova casa, onde mora com sua irmã e duas sobrinhas. Junto a sua irmã, ela me conta como está sua nova fase de vida. Muitos desafios são temas de nossa conversa. Depressão relacionada à decepção com a família e ao desgosto ao ter que finalizar os vínculos daquela forma.

Jurema Brites, em seu estudo titulado Afeto e Desigualdade: Gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Expõe o caso de Edilene, na qual desenvolveu uma depressão após a família que ela trabalhava mudar de cidade, tudo em torno de uma problemática: serviço mal pago, compensado pela afetividade familiar. Portanto, o caso de Dona Silma não está tão distante de Edilene, as duas estão minadas pela questão do clientelismo no trabalho doméstico, o qual desenvolve a estratificação social desse setor de trabalho, reproduzindo dessa forma as desigualdades, na qual o afeto não impede que a relação das famílias e das domésticas, seja hierárquica. O que nós vemos nestes casos, é que a postura afetiva das famílias acaba ou pesa quando se coloca em jogo os direitos trabalhistas. Sendo este afeto, nada menos que um mecanismo dos patrões para persistirem na ideia de harmonia das relações. Enquanto isso, a empregada se torna cada vez mais dependente da família.

Na verdade, é notório que a carga afetiva é um dos meios de mascarar situações de opressão nos bastidores. O serviço doméstico foi e ainda é retratado dentro de um estigma propriamente pacífico. Quando a empregada não é aquela confidente da patroa, ela é retratada como aquela que faz fofocas ou assedia os patrões com roupas curtas. Mas sempre de uma forma que não se problematiza sua verdadeira situação. O afeto surge dentro da ideia de elite que cuida de seus empregados sem preconceito de classe. Não obstante da abordagem de Gilberto Freyre (2013) na retratação da escravidão em Casa-

Grande & Senzala. Ou seja, toda ideia difundida sobre democracia racial e convivência entre todas as raças, também atinge o modo de representação midiática das empregadas domésticas, sobretudo, no que se refere a toda questão de afeto no ambiente de trabalho.

As sobrinhas e a irmã de Dona Silma me revelam os conflitos devido o afastamento dela na família de origem. *“Ela viveu a vida inteira pra aquela família, aquilo foi um regime de escravidão” (Isis-sobrinha).*

Silma, no período de cirurgia e recuperação vai à busca da família, que a recebe de braços abertos. Observo que a irmã de Dona Silma e as sobrinhas falam muito sobre a saúde da doméstica, e a preocupação em tentar ajuda-la. Contam-me então fatos que envolvem a espiritualidade e as necessidades vitais da vida.

A reaproximação com a família me pareceu ser um desafio em sua vida. Devido a muitos anos de afastamento e exigências sobre seu modo atual de lidar com o novo estilo de vida. As sobrinhas então me reclamam o fato dela dormir muito e não fazer as atividades que fazia quando trabalhava.

O mesmo afastamento da família e reaproximação acontece com dona Terezinha, Tereza Esteves, 89 anos, negra e sindicalizada.

Creio que seja importante neste trabalho incluir a trajetória de vida dessas mulheres são experiências sociais que possibilitam analisarmos as influências de classe, gênero e raça.

Tereza, ou Terezinha como é conhecida, começa definindo sua história de vida já ao trabalho. Doméstica desde os 8 anos de idade, vem de Jaguarão para Pelotas com a promessa de que iria estudar. A mãe de Terezinha já era doméstica e a deixava brincar com as crianças da família que trabalhava. Até que essa brincadeira se tornou compromisso e responsabilidade. Ao falar da mãe, Terezinha sempre afirmava *“Minha mãe era da família, eles tinham ela como um parente”*. Após a morte da mãe, Terezinha continua trabalhando, como ela mesma diz *“trabalhei a vida inteira lá”*. E somente sai do trabalho após a morte da patroa. Ela diz que a nora ainda insistiu para que ela ficasse, mas a luta contra o câncer e o cansaço impediu que ela continuasse.

Terezinha conta do afastamento da família querendo fugir do assunto. Então noto que seria melhor não estender aquele tema. Mas ela deixa claro que a família pertencente a Jaguarão as vezes vem visitá-la. Mas ela mora

sozinha, hoje tem duas empregadas. E quando pergunto a ela como é ser “patroa” hoje em dia, ela me diz *“Mas eu não sou patroa guria, as duas que estão aqui são minhas amigas, e eu odeio quando elas me chamem de patroa”*.

Inês, a empregada de Terezinha, que trabalhou com ela na antiga família de patrões, diz que Terezinha é como uma mãe *“A gente briga, discute, mas eu tenho como uma mãe”*.

Inês me conta que a família de Terezinha não gostava do fato dela morar com a família, pois dessa forma seria impossível estabelecer uma relação. Hoje, ainda há reflexo disso, já que Terezinha não tem ninguém da família disponível para ajudá-la com as questões de saúde.

Outro dado importante é que Terezinha teria muitos direitos sobre o patrimônio da família, mas não recorreu, diz ela que não fez isso *“Por **consideração a família**”*.

A representação de consideração aparece dentre de um contexto de demarcação do poder através do afeto nas famílias, sendo que este afeto produz o retrocesso dos direitos trabalhistas.

Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Porém, a dimensão desse processo que nos interessa é centrada especificamente num tipo de atividade ligada à esfera doméstica – o “trabalho reprodutivo”. Este trabalho é definido pela antropóloga Shellee Colen (1995:78) como o trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [households] e pessoas (da infância até a velhice)”. (BRITES, 2007: 94)

Ao recorrer ao sindicato e abrir um processo contra os patrões(as), está se invertendo a ordem e portanto, negando o afeto. É no momento das negociações que terá que se deixar de lado o afeto e entender o trabalho doméstico como qualquer outro trabalho. É por isso, que as lideranças sindicais recusam o afeto, pois é ele que dificulta as negociações e a efetivação das leis de regulamentação.

### **A intervenção das Domésticas na Educação das Crianças**

*“O menino não se dava bem com a mãe. Eles viviam brigando desde quando ele era guri. Então, ele conversava sobre tudo comigo. Contava das namoradas, de tudo que não falava com a mãe. Tanto é que foi ele que me*

*ajudou quando eu quis sair. E a menina foi embora pros Estados Unidos, eu não quis mais trabalhar, tudo piorou.” (Dona Silma)*

Dona Silma, afirma que acompanhou todo crescimento das crianças e que aproveitou essa fase da profissão quando as crianças estavam em casa. Pois, para ela, as coisas mudaram quando eles cresceram.

A empregada doméstica tem uma função exemplar na vida das crianças, já que as crianças passam a maior parte de seu tempo com as domésticas, sendo que o trânsito de saberes nem sempre é visto como um benefício para a família. Há todo um cuidado para que a criança não adentre no mundo das empregadas. Já que a doméstica faz parte de um mundo considerado subalterno e distante.

Jurema Brites (2007), neste mesmo estudo analisa dentre as características do posicionamento patronal, sendo que as patroas mostram posicionamento contra a intervenção da empregada doméstica na educação das crianças, pois a empregada pode “contaminar” as crianças com o seu dialeto periférico. Ela cita o caso de uma criança que aprende a falar a palavra “buceta” através da empregada.

Além disso, traz casos no qual as patroas deixam claro que preferem que as crianças mantenham um distanciamento quanto à vida pessoal da empregada. É nesse sentido que as crianças criam o imaginário sobre a vida da empregada.

Tive o desprazer de ouvir muitos casos sobre, minha mãe como trabalhadora doméstica, mais especificamente babá por 8 anos, conta suas experiências através das minhas incansáveis ligações para poder desafabar sobre a pesquisa. Minha mãe, hoje com uma postura diferente da que tinha há anos atrás, consegue fazer críticas em relação a isso, e diz sobre a questão deste afastamento através de um diálogo com uma das crianças que ela estabelece vínculos até hoje.

*-Tetê, você mora em um barraco de madeira, né?*

*- Não, moro em uma casa normal, com paredes, normal. Mas só não é bonita assim como a sua, não é chique.*

*- Sério?*

- *Sim.*

O desconhecimento sobre a vida da empregada doméstica também é retratado no documentário *Doméstica* (2012), de Gabriel Mascaro. A dinâmica das filmagens se desenvolve através do olhar das crianças, que manipulam as câmeras. Quando se fala de trajetória de vida, pouco as crianças sabem das empregadas. Ou seja, o distanciamento sobre a vida das domésticas se encontra muitas vezes no seio das relações, que por mais afetivas que sejam, indicam sinais de invisibilidade dentro da própria casa. Não se sabe como é a casa da doméstica, se imagina. Não se sabe como foi a inserção na profissão, se imagina. Não se sabe o porquê permanecem na profissão, se imagina. Ou seja, por mais que o discurso patronal insira simbolicamente a doméstica como integrante da família, ela continua a margem do elemento íntimo familiar.

Por exemplo, nenhuma empregada que estudei saberia passar despercebida se fosse assistir a uma peça no teatro municipal, ou se decidisse simplesmente jantar num bom hotel. Sua habilidade em lidar com algumas regras no espaço doméstico das classes dominantes não fazia dela uma pessoa “bilíngue” nesse sentido (BRITES, 2013: 69).

Ou seja, a empregada doméstica se difere da família até mesmo nos espaços públicos, inclusive, quando há a exigência das patroas para que as empregadas tenham de ir para as festas, restaurantes e etc., sempre de uniforme, para demarcar a função desempenhada para a família.

## **RESULTADOS FINAIS**

A discussão deste trabalho na disciplina de Família e Parentesco tem o intuito de trazer a temática das domésticas para os estudos de parentesco sobre novas perspectivas, até mesmo para propor a atualização destes estudos. Os estudos de parentesco deixaram ocultos. Muito menos se preocupou em trazer questões sobre o âmbito doméstico (CARSTEN, 2004). Seguindo o fato dos estudos clássicos sobre divisão sexual do trabalho, as teorias universais não se detiveram as particularidades dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, empregadas domésticas, mesmo com as devidas contribuições.

As relações de afeto entre patrões (as) e empregadas domésticas não só perpassam vínculos que são construídos entre estes. Mas aqueles que são rompidos com a família de origem. O trabalho doméstico exige o cuidado, sendo que este cuidado muitas vezes é aquele no qual exige a separação das famílias, sobretudo nos casos das domésticas que estou referenciada em meu estudo. Na qual trabalharam em média de 30 a 40 anos em uma só casa. Se distanciando de suas famílias de origem para cuidar de outras.

O afeto estabelecido entre essas famílias, realmente existe, mas eles são negados e rompidos diante dos interesses de classe. Ou seja, quando as trabalhadoras acionam o Sindicato, vão à busca de seus direitos, o que significado para os patrões (as) a quebra de laços afetivos, gerando uma série de consequências na vida dessas mulheres. Por isso, a militância política das trabalhadoras domésticas está focada na negação do afeto, pois é ele que dificulta o lema e legitimação de um trabalho “decente”.

As reconstituições dos laços familiares é uma tarefa difícil, pois se lida com questões essencialmente íntimas e muitas vezes restritas a nós, antropólogos. Dito isso, a conclusão deste trabalho sugere uma reflexão sobre essas questões de trabalho que não são evidenciadas, na qual só vemos quando acompanhamos as negociações entre quatro paredes nos Sindicatos. Reiterando a importância da atuação sindical, como suporte e ferramentas para o enfrentamento destes embates.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARSTEN, J. *After Kinship*. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

BRITES, Jurema. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. Campos, *Revista antropologia social*, v.3, p 65-82, 1983

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, 2007.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007.

FEREIRA, Jorgetânia da Silva. GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E IDENTIDADES: O NECESSÁRIO DIÁLOGO. *Revista fato&versões / n.2 v.1 / p. 17-32 / 2009.*

**ANEXO F**

**I CONGRESSO INTERNACIONAL EPISTEMOLOGIAS DO SUL:  
PERSPECTIVAS CRÍTICAS**

**DE 07 A 09 DE NOVEMBRO DE 2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-  
AMERICANA**

**GT.3 – FAMÍLIA COMO CATEGORIA EPISTEMOLÓGICA**

**Trabalho doméstico: vínculos e desvinculações familiares entre  
atravessamentos de colonialidade do poder e atuação sindical**

**Maysa Luana Silva**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

## **Trabalho doméstico: vínculos e desvinculações familiares entre atravessamentos de colonialidade do poder e atuação sindical**

Maysa Luana Silva<sup>13</sup>

Propõe-se apresentar uma discussão das particularidades das relações que envolvem os patrões/as, (as) trabalhadoras domésticas e suas famílias de origem. O estudo parte das etnografias de negociações e rescisões de contratos de trabalhadoras domésticas, intermediadas no âmbito do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu com o projeto de extensão “Trabalho Doméstico: Direitos e Cuidados na Atualidade” do departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Sendo que a inserção em campo iniciou a partir do Projeto de Implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFPel (MUARAN), através dos resultados das oficinas realizadas com as trabalhadoras domésticas na cidade de Pelotas. Essas oficinas deram origem a exposições itinerantes pela cidade de Pelotas com a temática: Trabalho Doméstico, Escravidão e Sindicato.

A inserção sindical, no que diz respeito a esse trabalho, deu-se através do interesse em refletir sobre a militância e atuação das trabalhadoras junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, no qual questões familiares que permeavam a vida destas mulheres me faziam buscar vias em que eu pudesse problematizar e discutir com elas através de interlocuções e entrevistas.

As reaproximações entre a trabalhadora doméstica e sua família de origem foram temas que surgiram no momento das rescisões (rompimento de contratações trabalhistas), em que alguns familiares das trabalhadoras participaram destas negociações.

A história de vida destas mulheres também é essencial para avançar no entendimento das questões de gênero, classe e raça entre trabalhadoras domésticas. Dessa forma, questionar o que circula através desses afetos no trabalho doméstico nos possibilita apresentar novas configurações sobre

---

<sup>13</sup> Graduanda na Universidade Federal de Pelotas em Antropologia Social e Cultural / e-mail: maysaluana93@gmail.com .

afetos e conflitos neste cenário de relações entre família, trabalho e militância.

As etnografias apresentam-se como escrita teórica, por nos possibilitar a compreensão e significativas reflexões sobre os casos, pois nestes momentos de negociações, onde se descortinam as relações de poder no trabalho, observamos as particularidades em contexto.

Foram realizadas etnografias das negociações de rescisões de contratos de trabalho entre domésticas e patrões (as), na qual eu acompanhei como “colaboradora” (estagiária) no Sindicato. Juntamente a essa ferramenta foram realizadas entrevistas com algumas empregadas domésticas da terceira idade, evidenciando uma experiência geracional. Busquei olhar para estes casos não só na perspectiva individual, já que nas entrevistas lidamos com o discurso, que pode ser limitador em muitos aspectos (FONSECA, 1999). Por isso, o acompanhamento das rescisões possibilitou outras perspectivas de análise, diante da observação do comportamento dos empregadores e empregadas - em alguns casos acompanhados pelas famílias - no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

“O que a mãe disse pra ela foi: eu não tenho um palácio, mas tu podes juntar tuas coisas e vir morar com a gente.”  
(Isis, sobrinha de Dona Silma)

Também foram realizadas entrevistas com trabalhadoras de terceira idade, que trabalharam em torno de 30 a 80 anos para uma só família, contatadas no acompanhamento dos processos de rescisão. A proposta, aqui, é discutir, como se estabelecem as reaproximações com a família de origem da trabalhadora, em razão da impossibilidade desta mulher continuar trabalhando na casa da patroa por motivos de envelhecimento e/ou saúde ou conflitos. Concomitantemente ao tensionamento dos vínculos de trabalho e afeto entre patroas e trabalhadoras domésticas, estes momentos de rescisão do contrato de trabalho também podem significar reaproximações com a família das trabalhadoras, em razão de possíveis afastamentos que aconteceram ao longo da vida, consequência de residir no trabalho, de “ser parte da família das patroas”. As reaproximações entre a trabalhadora doméstica e sua família de origem foram temas que surgiram no momento

das rescisões, em que alguns familiares das trabalhadoras participaram destas negociações.

A fundamentação teórica parte, sobretudo das contribuições de QUIJANO (2005), o qual situa a família como instituição nos moldes da colonialidade do poder, sendo a família burguesa, aquela que está sobre o controle da autoridade. Simultaneamente, a discussão deste trabalho tem o intuito de trazer a temática das relações entre trabalhadoras domésticas e patrões/as visando propor a atualização destes estudos: “Os estudos de parentesco, em geral, deixaram ocultos, muito menos se preocuparam em trazer questões do âmbito doméstico” (CARSTEN, 2004: 85).

Questões de afeto e desigualdades que permeiam o trabalho doméstico são problematizadas por BRITES (2000), que apresenta as ambiguidades das relações de afeto dentro do estabelecimento clientelista das relações de trabalho presentes na profissão. Questões que se evidenciam na experiência desta geração de trabalhadoras. Para discutir pontos que envolvem as transformações e desafios atuais da profissão, me referencio em FERREIRA (2009), que insere sua abordagem sobre trabalho doméstico indicando as intersecções entre gênero, classe e raça. Conforme aponta a autora, as pesquisas sobre trabalho doméstico, mais especificamente na década de 70 e 80 estavam monopolizadas em modelos fechados que só buscavam confirmar as bases teóricas utilizadas, impossibilitando a compreensão real de muitos desafios atuais.

Na análise dos dados, apresenta-se o caso de Dona Silma (63 anos, branca, trabalhadora doméstica por mais de 30 anos para a mesma família) e Tereza Esteves (89 anos, negra e sindicalizada).

A rescisão realizada no Sindicato é o cancelamento e pagamento dos valores que devem ser pagos pelos patrões (as) de acordo com os anos trabalhados, férias e etc. O caso de Dona Silma foi uma rescisão conflituosa, em que estavam em jogo relações explícitas de poder. O advogado da família insistia em dizer que elas tinham uma relação de afeto, que ninguém ali iria abrir processos judiciais e que o cerne daquela situação seria o ato de negociar. Enquanto isso as sobrinhas discutiam por não aprovar a mediação da Presidenta do Sindicato, Ernestina. Silma não conseguia se expressar.

“Ernestina (Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas) exigia que a própria trabalhadora falasse “Já que ela é assim, é essa mesmo que eu quero que fale hoje, aqui é lugar pra falar”, continua Ernestina, “Minha missão aqui é fazer trabalhador falar, não é de ser boazinha”. A provocação estava centrada no fato de impulsionar a trabalhadora a falar. Mas os patrões não queriam sair de perto”. (Diário de campo)

Silma Rheigantz trabalhou por mais de 30 anos para a determinada família. Passa por diversos problemas oftalmológicos, tem então que fazer uma cirurgia. Após a cirurgia, decide não mais trabalhar para a família, devido não só a falta de condições físicas, Silma também sentia muita tristeza. Existia o cansaço e quebra de laços afetivos desgastados com o tempo, como explica a própria trabalhadora, em entrevista. A patroa não aceita e realiza incansáveis ligações para a Silma voltar, ameaçando inclusive com o não pagamento do que deveria ser pago e a retirada da moradia concedida pela família.

Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Porém, a dimensão desse processo que nos interessa é centrada especificamente num tipo de atividade ligada à esfera doméstica – o “trabalho reprodutivo”. Este trabalho é definido pela antropóloga Shellee Colen (1995:78) como o trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [*households*] e pessoas (da infância até a velhice)”. (BRITES, 2007: 94)

Em outro contexto, tivemos uma conversa duradoura com Dona Silma. Em sua nova casa, onde mora com sua irmã e duas sobrinhas. Seu quarto agora é uma garagem escura, localizada na periferia de Pelotas, onde se encontravam os móveis velhos guardados. Junto a sua irmã, ela me conta como está sua nova fase de vida. Muitos desafios são temas de nossa conversa. Depressão relacionada à decepção com a família dos patrões e ao desgosto ao ter que finalizar os vínculos daquela forma. As únicas pessoas que Silma tem são as sobrinhas e a irmã, não teve filhos (as). As sobrinhas e a irmã falam sobre o distanciamento que tinham com Silma, pois em função do trabalho, mal conseguiam manter contato.

As relações de afeto entre patrões (as) e trabalhadoras domésticas não só perpassam vínculos que são constituídos entre estes, mas afetam também as relações com as famílias de origem. O trabalho doméstico inclui o cuidado com os filhos e outros membros das famílias dos patrões, podendo acarretar uma separação com as famílias de origem das trabalhadoras. Os casos de Silma e Terezinha, que trabalharam em média de 30 a 80 anos em uma só casa, retratam esta situação.

Tereza Esteves trabalhou desde a infância, até a velhice na mesma casa e quando saiu teria direitos a serem pagos, devido à nova legislação. Diz não ter acionado estes direitos “*Por consideração a família*”. Encontra-se doente, com câncer e não tem a proximidade com a família de origem, também não teve filhos (as). Hoje quem a cuida são as duas trabalhadoras domésticas contratadas pela família da patroa, a qual ela reitera por diversas vezes que se incomoda muito quando é apresentada como “patroa”. Mora em um apartamento alugado pela filha da patroa já falecida, mora com as cuidadoras que são atualmente a sua família.

Esta reflexão sobre afeto e trabalho em situações de negociação e rescisão de contrato de trabalho entre patrões e empregadas domésticas, centrada na experiência das trabalhadoras, tratou de evidenciar as ambiguidades destas relações como mecanismos de reprodução de contrastes do marco colonial.

Não obstante, a importância também está em situar o World System moderno/colonial, no papel de imposição e destruição da América. Sendo que os novos padrões de poder estão centralizados entre raça e trabalho. Para entender a precarização do trabalho doméstico na América Latina. Onde as formas históricas de controle do trabalho, de recursos em torno do capital e do trabalho mundial. Para Quijano (2005:106) raça e trabalho foram sucedidos, entendendo que a colonialidade do poder se encontra com a divisão racial do trabalho.

O reconhecimento do afeto estabelecido entre patrões e trabalhadoras domésticas não opera no sentido da trabalhadora abdicar dos seus direitos. Ou seja, quando as trabalhadoras acionam o Sindicato, não significa o rompimento deste afeto e quebra de laços com a família dos patrões, o que gera uma série de consequências drásticas na vida dessas

mulheres. Neste momento, também o afastamento das famílias de origem e os processos de reaproximação estão dramatizados e se recompõem nas trajetórias de Silma, suas sobrinhas e irmã e de Terezinha e suas cuidadoras.

Assim, o Sindicato aparece aqui como o principal mediador destes conflitos, é o Sindicato que contribui para muitas resoluções, colaborando para uma grande parcela de trabalhadoras domésticas que chegam, muitas vezes para debruçar suas mágoas e descontentamento com o trabalho. A conclusão deste trabalho sugere a importância da atuação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, como suporte e ferramenta para o enfrentamento destes embates que são da ordem da política e dos afetos.

No cruzamento destas questões, temos a considerar que o Brasil, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) é o país com a maior organização sindical de trabalhadoras domésticas, sendo que essa luta protagonizada por sindicalistas trouxe para a categoria uma série de avanços e conquistas. A regulamentação do trabalho doméstico ainda não alcançou todos os âmbitos, por ser um trabalho que não tem fiscalização, por ser realizado na esfera privada, no íntimo das casas, muitas domésticas não têm acesso a estes avanços.

E, nesta situação, descobrem este novo cenário de direitos e as transformações da legislação quando procedem as rescisões dos contratos de trabalho no sindicato. Encerro com a fala de Dona Eva, a qual conta por diversas casas que passou e por não aguentar as humilhações, resolvia ir embora, mas sempre visualizando a esperança, que se não é pela militância, como realiza a presidenta do Sindicato, Ernestina Pereira. No caso de Dona Eva, é pela fé.

“Liguei pro meu irmão e disse vem aqui que quero falar contigo, e ela (a patroa) no dia que fui, onde tu vai, e eu disse, vou me embora. E ela disse, tu vai voltar aqui ainda, e eu, não volto senhora, muito obrigado, fui embora. Dali eu penei bastante, casas onde era não podia comer, fazer comida, não via televisão, não tinha espaço pra dormir, meu quarto sem chuveiro, quase morri queimada, uma vez acendi uma vela e quando me acordei era só fumaça. E dentro dessas situações fui levando.

Mas quando se acredita que a gente possa seguir, e que Deus tem uma plano maior, a gente vai em frente.”  
(13 de Setembro- Reunião do Projeto - Encontro com Dona Eva Maria Castro: Trajetória e percepções sobre a vida política)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu, 2007.
- CARSTEN, K. **After Kinship**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.
- FERREIRA, Jorgetânia. **Gênero, trabalho doméstico e identidades: o necessário diálogo**. Revista Fato&Versões. n.2 V. 1, p 17-32, 2009.
- FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação**. Revista Brasileira de Educação, n.10, p.58-78, 1999.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amata, v. 9, n. 9, 1997.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **LANDER, Egardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.